

Coleção Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde

Fátima Lima

**Corpos, Gêneros, Sexualidades:
Políticas de Subjetivação**

Textos reunidos



editora



redeunida

Coleção Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde

Fátima Lima

**Corpos, Gêneros, Sexualidades:
Políticas de Subjetivação**

Textos reunidos

1ª Edição
Porto Alegre, 2014
Editora Rede UNIDA

Coordenador Nacional da Rede UNIDA

Alcindo Antônio Ferla

Coordenação Editorial

Alcindo Antônio Ferla

Conselho Editorial

Alcindo Antônio Ferla

Emerson Elias Merhy

Ivana Barreto

João José Batista de Campos

João Henrique Lara do Amaral

Julio César Schweickardt

Laura Camargo Macruz Feuerwerker

Lisiane Böer Possa

Mara Lisiane dos Santos

Márcia Cardoso Torres

Marco Akerman

Maria Luiza Jaeger

Ricardo Burg Ceccim

Maria Rocineide Ferreira da Silva

Rossana Baduy

Sueli Barrios

Vanderléia Laodete Pulga

Vera Kadjaoglanian

Vera Rocha

Comissão Executiva Editorial

Janaina Matheus Collar

João Beccon de Almeida Neto

Arte Gráfica - Capa

Corpus

Kathleen Tereza da Cruz

Blog: <http://saudemicropolitica.blogspot.com.br>

Diagramação

Luciane de Almeida Collar

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

L732c Lima, Fátima

Corpos, gêneros, sexualidades: políticas de subjetivação / Fátima Lima. - Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

86p. - (Coleção Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde)

Bibliografia

ISBN 978-85-66659-18-4

1. Transexualismo 2. Sexualidade I. Título II. Série

NLM WM30

Catlogação na fonte: Rubens da Costa Silva Filho CRB 10/1761

Todos os direitos desta edição reservados à

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA REDE UNIDA

Rua São Manoel, nº 498 - 90620-110 – Porto Alegre – RS

Fone: (51) 3391-1252

www.redeunida.org.br

Dedico à Márcia Arán com quem aprendi que na vida acadêmica
nunca podemos perder a dignidade.

Agradecimentos

Agradecer é um ato de reconhecimento, um ato de reciprocidade.

Agradeço à Editora da Rede Unida pela oportunidade de materializar, através de um e book, as inquietações e reflexões acadêmicas que me acompanham.

Aos colegas e amigos/as da linha de pesquisa “Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde” da Clínica Médica/ Universidade Federal do Rio de Janeiro - não tenho dúvidas que as reflexões aqui depositadas são frutos de uma produção coletiva que tenho vivenciado com vocês nos últimos três anos.

Ao amigo e mestre Emerson Elias Merhy o qual o aguçamento para o mundo e para as alteridades é fonte de inspiração constante. Obrigada querido pelo acolhimento e pela generosidade.

As inúmeras pessoas que de alguma maneira são interlocutoras nos textos aqui presentes, principalmente os e as transexuais, os/as quais alimentam de forma viva e

Fátima Lima

intensa as inquietações sobre as políticas de subjetivação entrecortadas pelas dimensões de gêneros e sexualidades.

À minha companheira Kathleen que há dez anos é o meu contraponto, a minha alteridade, o meu desejo, o meu amor.

Índice

Apresentação.....	11
“Subversões de sexo (s) e gênero (s): Contraposições ao biocapitalismo contemporâneo ou por uma política das multidões QUEER”.....	15
Produções e experiências “TRANS” - Saber, Poder e Subversões.....	31
Manifesto por uma euforia de gênero.....	49
A construção do dispositivo TRANS: Saberes, singularidades e subversões da norma.....	61

Apresentação

É com alegria que apresento os textos aqui reunidos, frutos de inquietações e reflexões que têm me acompanhado nos últimos anos. Têm ponto central as discussões sobre corpos, gêneros e sexualidades; construções fundamentais nos processos de subjetivação na biopolítica contemporânea.

Foram reunidos quatro textos, apresentados em diferentes eventos acadêmicos e, em diferentes temporalidades. O primeiro deles - *“Subversões de Sexo(s) e Gênero(s): Contraposições ao Biocapitalismo Contemporâneo ou por uma política das multidões queer”* foi apresentado numa mesa V Colóquio Espiral Terra, Mundo Brasil” na Fundação Casa de Rui Barbosa em 01 de Setembro de 2011. A tinha como tema “Armas para lutar: crise do capitalismo global e produção de subjetividade. Nele, os corpos, gêneros e sexualidades são pensados enquanto “armas” nas “lutas” na biopolítica contemporânea. Partindo da ideia dos corpos enquanto construtos culturais e dos gêneros enquanto performativos, trago a possibilidade das multiplicidades de corpos e gêneros constituírem potente

dispositivos de enfrentamento à heterossexualidade compulsória.

O segundo texto *“Produções e Experiências Trans-saber, poder e subversões”* fez parte de uma mesa de debate no Seminário “Transfobia, Cidadania e Identidade Trans” promovido pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades – Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC realizado nos dias 10 e 11 de outubro de 2011. O texto põe em suspensão o termo identidade e trabalha com as múltiplas possibilidades dos processos identitários e das identidades de gênero. Tomando, mais uma vez, os gêneros enquanto performativos abre um diálogo com o pensamento de Judith Butler trazendo as transexualidades como construções históricas que tanto reiteram a matriz heteronormativa quanto apresentam possibilidades de subvertê-la.

Em seguida o texto “Manifesto por uma euforia de gênero” como o próprio nome sugere foge ao formato mais acadêmico e se propõe a ser um texto-manifesto. Foi especialmente preparado para o *Queering Paradigms 4* realizado no Rio de Janeiro, em Julho de 2012. Nele, desenvolvo uma crítica a noção de disforia de gênero como termo psiquiátrico para enquadrar as múltiplas formas de vivenciar a experiência da transexualidade. Em oposição ao termo proponho a “euforia de gênero” como expressão mais condizente com a multiplicidade de corpos, gêneros e sexualidades.

Por fim, finalizo com o texto “A Construção do Dispositivo Trans: Saberes, Singularidades e Subversões da Norma” apresentado no 37º encontro nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS em Águas de Lindóia, SP, em setembro de 2013. O texto recupera a transexualidade

enquanto um dispositivo histórico, múltiplo e facetado. Além disso, analisa como as diferentes experiências singulares da transexualidade podem constituir subversões ao imperativo normativo que as encerram numa patologia.

Espero que as leituras constituam potentes dispositivos de desnaturalização dos corpos, gêneros e sexualidades, entendendo-os como produções historicamente construídas e em constantes transformações no mesmo tempo e nos mesmos espaços.

A autora - 2014

“Subversões de sexo (s) e gênero (s): Contraposições ao biocapitalismo contemporâneo ou por uma política das multidões QUEER”¹

“Se a subversão é possível será uma subversão a partir de dentro dos termos da lei, por meio das possibilidades que surgem quando ela se vira contra si mesma e gera metamorfoses inesperadas. O corpo culturalmente construído será então libertado, não para o seu passado natural, nem para seus prazeres originais, mas para um futuro aberto de possibilidades culturais”.

Judith Butler.

Apresentação

O presente texto propõe pensar como certas invenções corporais e performatividades de gênero podem ganhar a dimensão de “armas” nas “lutas” contemporâneas. Os verbetes “arma” e “luta” nos provocam, num primeiro

1 “Texto apresentado no V Colóquio Espiral Terra, Mundo Brasil com o tema “Armas para lutar: crise do capitalismo global e produção de subjetividade” na Fundação Casa de Rui Barbosa. 01 de Setembro de 2011.

momento, a pensar sobre esses dois conceitos, procurando perceber, não apenas como a teoria social tem se apropriado deles, mas como o imaginário e o campo de relações práticas atribuem significados aos mesmos.

Segundo o Houaiss (2001) o verbete “arma” significa, entre outras coisas, um “instrumento, mecanismo, aparelho, preparado ou adaptado para proporcionar vantagem no ataque e na defesa numa luta, batalha ou guerra”. Assim, o termo “luta” aparece como condição *sinequa non* da guerra definida como “qualquer contenda com ou sem armas, conflito, guerra” (Houaiss, 2001). Assim, de maneira global e macrossociológica esses conceitos assumiram, durante muito tempo, um papel universal, sustentado na ideia de uma grande guerra contra o Estado Capitalista e, por outro lado, a ideia de uma grande revolução “proletária” em escala mundial contra o grande monstro capitalista, a apropriação do trabalhador e a produção da mais-valia.

Neste sentido, a presente reflexão traz como possibilidades pensara produção de resistências a alguns dispositivos de controle no capitalismo global, principalmente os processos de assujeitamentos dos corpos à matriz heteronormativa. Traz para o contexto as dimensões corporais, as expressões de sexualidades, a produção ficcional dos sexos, os desejos, enfim possibilidades de subverter a ordem estabelecida e expressa na heterossexualidade enquanto uma norma compulsória. Ressalta-se aqui também o verbo subverter que na maioria dos dicionários da língua portuguesa significa, entre outras coisas “desordenar, desorganizar, destruir” (Houaiss, 2001). Percebe-se que os conservadorismos presentes nos dicionários não dão conta de perceber a potência das subversões. Positiva-se o termo “subversão” e o toma como uma grande possibilidade de minar a ténue, mas rígida fronteira (ficcional) entre o que culturalmente designou-se gênero.

A reflexão se propõe ir além do aspecto macrossociológico do capitalismo, incorporando os processos de luta e resistências. Entendendo que o macropolítico e micropolítico são indissociáveis, segue pelo caminho da micropolítica das vidas cotidianas onde, a partir deste ponto de vista, “(...) uma sociedade se define por suas linhas de fuga, que são moleculares. Sempre vaza ou foge alguma coisa, que escapa às organizações binárias, ao aparelho de ressonância, à máquina de sobrecodificação (...)” (DELEUZE & GUATTARI, 1996,p.94). A aposta é na molecularidade onde os universais e as explicações essencialistas, ontológicas e metafísicas sobre o humano e a dimensão social não dão conta de perceber, interpretar e contribuir para outras e novas configurações de alteridades.

Nessa perspectiva, os sujeitos são tomados como historicamente constituídos através de feixe de relações de força que opera simultaneamente sobre corpos individuais e sobre processos coletivos (o corpo social) (FOUCAULT, 1997, 2002, 2002a, 2010). Rompe com a noção ontológica do sujeito para pensá-lo no âmbito do poder e das normas de inteligibilidade social. Opõem-se radicalmente a ideia de essência, de uma ontologia do ser e de uma base natural e biológica para explicar a invenção do humano. É preciso, como coloca Beatriz Preciado (2011), des-ontologizar as políticas das identidades, retirá-las de uma base biológica e naturalizante. Faz-se necessário combater o império sexual na contemporaneidade, desterritorializar a sexopolítica esta

(...) uma das formas dominantes da ação biopolítica do capitalismo contemporâneo. Com ela o sexo (os órgãos assim chamados ‘sexuais’, as práticas sexuais, mas também os códigos da masculinidade e da feminilidade, as identidades sexuais normais e desviadas) faz parte dos cálculos do poder, transformando

o discurso sobre o sexo e as tecnologias de normalização das identidades sexuais em um agente de controle sobre a vida (PRECIADO, 2011, p.12).

Por outro lado, faz-se necessário pensar que as resistências constituem o contraponto do poder, as resistências operam onde o poder atua. É no âmbito da ordem heteronormativa que emergem formas de resistência onde as dimensões corporais, as expressões de sexualidades, a produção ficcional dos sexos, os desejos, enfim as possibilidades de subverter a ordem estabelecida ganham visibilidades e força na sua multiplicidade.

O presente texto não se propõe falar de gays, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros, mulheres e homens, não se prende a nenhuma expressão do demasiado humano; propõe refletir sobre as possibilidades de subverter, vazar uma invenção ficcional e uma regulação normativa que se impôs como modelo - a heteronormatividade compulsória. Fala de um devir minoritário, onde "(...) não existe devir majoritário. A maioria não é nunca um devir (...)" (DELEUZE & GUATTARI, 1995 p. 52).

Propõe trazer à tona formas de subjetividade e modos de vida que reiteram e ao mesmo tempo se opõem e/ou negam a matriz heteronormativa, assumindo, muitas vezes uma dimensão de "anormalidade": as *butchs* (lésbicas masculinizadas), as práticas sadomasoquistas, os corpos bizarros, os corpos obesos, os corpos mutilados, corpos travestis, os/as transexuais, os/as intersexuados, entre tantos. Traz para cena milhares de vozes "subalternas", cada vez mais potentes; fala a partir das multidões e do que em comum há nelas (HARDT & NEGRI, 2005). As multidões *queer* e sua dimensão de anormalidades tornam-se vozes, cada vez mais potentes, a falar de si (PRECIADO, 2011), a produzir expertises, a desafiar o *status quo* do conhecimento

Corpos, gêneros, sexualidades: Políticas de Sujetivação
ocidental - branco e colonizador (HARAWAY, 1995).

Por “multidões queer” entende-se todo um processo de desterritorialização da heterossexualidade e dereteritorializações de uma multiplicidade de modos de subjetivação que subvertem e/ou alargam a ordem estabelecida. Como diz Preciado (2011,p.14)

O corpo da multidão *queer* aparece no centro disso que chamei, para retomar uma expressão de Deleuze, de um trabalho de “desterritorialização” da heterossexualidade. Uma desterritorialização que afeta tanto o espaço urbano (é preciso, então, falar de desterritorialização do espaço majoritário, e não do gueto) quanto o espaço corporal. Esse processo de “desterritorialização” do corpo obriga a resistir aos processos do tornar-se “normal”. Que existam tecnologias precisas de produção dos corpos “normais” ou de normalização dos gêneros não resulta um determinismo nem uma impossibilidade de ação política. Pelo contrário, porque porta em si mesma, como fracasso ou resíduo, a história das tecnologias de normalização dos corpos, a multidão *queer* tem também a possibilidade de intervir nos dispositivos biotecnológicos de produção de subjetividade sexual.

Neste sentido, o termo “queer” aqui assume a dimensão positiva para referenciar performatividades que tensionam a todo tempo os padrões de normalidade. Usado, durante muito tempo, principalmente no contexto norte americano, como uma forma de depreciação, xingamento, inferiorização com aqueles que rompiam normas de gênero e sexualidade; o termo foi positivado tanto no âmbito acadêmico quanto nos movimentos sociais e passou a ser usado como uma forma de se referir aos processos de subjetivações que subvertem os dispositivos de

controle, em particular, o dispositivo da sexualidade. Como diz Eve Sedgwick o termo queer refere-se “(...) à mistura de possibilidades, hiatos, dissonâncias e ressonâncias, saltos e excessos de sentido, quando os elementos constitutivos da sexualidade das pessoas não são (ou não podem ser) levados a produzir significados monolíticos” (SEDGWICK, 1993, p.8).

Antes de retomar a questão do capitalismo global procurando perceber as possibilidades das subversões de gêneros constituírem armas para lutar, faz-se necessário abrir brevemente uma exposição sobre as categorias sexo, gênero, sexualidade, corpo e desejo; exercício este que tem como interlocução as reflexões de Michel Foucault (1984; 1985; 1997; 2002a; 2002b; 2004; 2005a; 2005b; 2009), Judith Butler (1993; 1997; 2003; 2004), Donna Haraway (1995, 2000), Beatriz Preciado(2005; 2008; 2011), Thomas Laqueur (2001) entre outros teóricos que tem desconstruído ideias essencializadas e colocado em discussão a pluralidade invencional dos mesmos.

Ressalta-se que as reflexões teóricas não são tomadas como verdade absoluta, como algo no qual as realidades cabem, mas como respostas, ainda que variáveis e transitórias, às vicissitudes destas. Foucault, Judith Butler, entre outros, insistem que não produzem teorias para dar conta de realidades, mas produzem, a partir dessas experiências, possibilidades de pensá-las

Gêneros enquanto performatividades

As contribuições do pensamento de Judith Butler às discussões no campo dos estudos de gênero sem dúvida constituem um divisor nas explicações que circundam

a relação sexo/corpo/gênero/desejo. Tomando como referência as discussões de John Austin no campo da linguagem e de Derrida sobre a noção de citacionalidade, a discussão dos gêneros como atos performativos trouxe um re-pensar para questões nevrálgicas neste campo.

Para Butler (2003) os gêneros constituem construções performativas onde nem os sujeitos antecedem discursos, nem os discursos antecedem os sujeitos. Enquanto “sujeitos gendrados” estes se tornam inteligíveis a partir de uma reiteração discursiva - que produz uma materialidade - através da relação com a matriz heteronormativa.

Portanto, tem-se aqui uma oposição à noção de um sujeito, de um corpo universal que antecede as relações de gênero bem como uma oposição a ideia de que os gêneros constituem atributos culturais que se inscrevem sobre um corpo preexistente. Nas análises butlerianas os sujeitos se tornam inteligíveis, possíveis de serem reconhecidos na gramática social, porque são, antes de tudo, sujeitos de gênero, gendrados através do que ela denomina como matriz da inteligibilidade cultural, ou seja, só nos tornamos inteligíveis (reconhecidos culturalmente) a partir de atos performativos (atos de fala e práticas) que nos gendram (BUTLER, 2003).

Assim, os corpos materializam-se a partir da reiteração constante entre a norma e o sexo. O gênero é produzido no âmbito desse movimento cujas reiterações constantes engendram, legitimam e reconhecem a matriz caracterizada pelo binarismo e pela heterossexualidade. Constitui-se através de uma série de inclusões/exclusões produzindo uma “falsa estabilização do gênero”, um falso efeito de substância e essência. Portanto, os gêneros são, antes de tudo, ficcionais. No entanto, na sua materialidade, assumem contornos políticos importantes que acabam por

segregar, estigmatizar e, por vezes, eliminar os outros que não correspondem à ideia de normalidade.

Entendendo que os sujeitos só se tornam inteligíveis quando adquirem consonância com a matriz heteronormativa; torna-se pertinente questionar em que medida as práticas reguladoras do gênero (dispositivos de controle) constituem os sujeitos e as designadas identidades de gênero e, perceber, como certas performatividades passam a atuar nas gramáticas socioculturais como formas de tensão entre o que se designa como norma e o que está fora dela (anormalidade).

Partindo do pressuposto de que os gêneros inteligíveis - instituem e mantêm uma relação de coerência entre sexo/gênero/práticas sexuais e desejos e a descontinuidade e a incoerência só podem se constituir em relação à norma - percebe-se que matriz exige que certos tipos de performatividades não possam existir. Nesse contexto encontram-se as práticas que não apresentam uma relação entre sexo e gênero e entre sexo, gênero e práticas do desejo, as “abjeções” que se produzem na reiteração com a norma heterossexual constituindo um exterior constitutivo a própria matriz. “Esta matriz excludente mediante a qual se formam os sujeitos requer, pois a produção simultânea de uma esfera de seres abjetos, daqueles que não são sujeitos, pelo que formam o exterior constitutivo do campo dos sujeitos... O abjeto designa precisamente aquelas zonas invisíveis, inabitáveis da vida social” (Butler, 2002, p.20). É sobre esta zona invisível, inabitável, abjeta que reside a potência da anormalidade, a potência das monstruosidades.

A Invenção dos Sexo(s)/Gênero(s)/Sexualidades

Parece, num primeiro momento e, ainda continua por persistir, seja no campo discursivo quanto nas práticas sociais, que o sexo, em sua dimensão designada como biológica, marca-se por sua irreduzível dicotomia. Afinal muitos dirão: ou é homem ou mulher, ou fêmea ou macho, as genitálias estão aí para evidenciar a sua radical dicotomia, salvo o que se designa como “anomalias genitais” - os estados intersexuais. No entanto, podemos tomar os sexos não como um destino biológico, mas como uma invenção, uma norma regulatória que impõe sobre os corpos formas de existir cuja heteronormatividade é o modelo dominante e compulsório.

Foucault (1997) já chamava a atenção para o caráter ficcional da noção de sexo, produzindo e agrupando numa unidade artificial elementos biológicos, fisiológicos, condutas, sensações e prazeres.

Para Foucault, ser sexuado é estar submetido a um conjunto de regulações sociais, é ter a lei que norteia essas regulações situada como princípio formador do sexo, do gênero, dos prazeres e dos desejos, e como o princípio hermenêutico de auto-interpretação. A categoria do sexo é, assim, inevitavelmente reguladora, e toda análise que a tome acriticamente como um pressuposto amplia e legitima ainda mais essa estratégia de regulação como regime de poder/conhecimento (BUTLER, 2003, p.143).

Butler, seguindo as pistas de Michel Foucault, reforça essa ideia colocando o sexo como uma norma, como um ideal regulatório, como uma prática que acaba por produzir os corpos que governam. Nessa regulação a ideia de sexo produz uma sensação de essência, de universalidade, de

um substrato que confere aos corpos sentido, substância, verdades, mas nem sempre foi assim, nem sempre os sexos tiveram essa conotação e força. O sexo tem uma história.

A reflexão apresentada por Thomas Laqueur (2001) na obra "Inventando os Sexos - dos gregos à Freud" torna-se um elemento potente na medida em que analisa, de forma minuciosa, a construção do modelo (ontológico) dos dois sexos na cultura ocidental no século XIX. Laqueur expõe a ideia de que desde os textos médicos (Galeno), filosóficos (Aristóteles) até o pensamento freudiano o modelo que vigorou foi de um sexo único (*one-sex-model*) – o sexo masculino como elemento definidor das relações sociais e do campo da política. Nem o desenvolvimento da anatomia moderna, a partir dos séculos XIV e XV se construiu em cima de dois modelos de sexo. Eram percebidos duas genitálias e dois corpos – designados macho e fêmea, no entanto, no campo político, o corpo e sexo designado como masculino ganhava uma hegemonia determinante sobre o corpo e a genitália designada como feminina. "Durante grande parte do século XVII, ser homem ou mulher era manter uma posição social, assumir um papel cultural, e não pertencer organicamente a um sexo ou a outro. O sexo era ainda uma categoria sociológica, não ontológica" (LAQUEUR, 2001, p.177).

Os sexos constituem antes de tudo uma invenção, uma invenção moderna, uma invenção capitalista e, certamente a noção de gênero se revela como também ficcional na medida em que, durante muito tempo, sustentou e sustenta a ideia de um contínuo entre gênero e sexo e/ou sexo e gênero. O sexo na sua dimensão ontológica, como antecedente aos sujeitos e corpos se consolida dentro de um modelo biológico que ganha força no século XIX. "Em alguma época do século XVIII, o sexo que nós conhecemos foi inventado" (Laqueur, 2001, p.189).

Emerge aqui uma crítica à ideia do sexo como causa; como essência interior. O sexo passa a ser entendido como efeito de relações de poder. Assim interpretado, o sexo seria também uma estratégia discursiva e uma produção do poder que o naturaliza e o oculta nas relações sociais, produzindo uma causalidade que passa a ser a origem de tudo.

Biopolítica contemporânea e subversões

É preciso assinalar como ponto de partida que o capitalismo moderno emerge, entre outras características, sobre a divisão sexual do trabalho cujos corpos foram capturados e otimizados ao máximo da produção, no âmbito de uma divisão social, que levava em consideração a radical dicotomia dos sexos.

O modelo heteronormativo é um dos pilares do complexo modo de produção capitalista. No auge da modernidade, os valores burgueses consolidaram o modelo de família patriarcal, a maternidade surge como uma invenção na medida em que a noção de infância passa a assumir um papel de suma relevância. A família nuclear, a mulher reprodutora e seus filhos constituem um dos pilares que sustenta e alimenta a reprodução do capital. Foi no âmbito do biopoder, que os corpos, na sua dimensão anatofisiológica e na sua dimensão social, passaram a constituir dispositivos complexos onde o controle e a disciplinarização foram a força motriz no primeiro momento. Foi com base no natural, no biológico, na diferença sexual que o capitalismo, entre outras características, tornou-se cada vez mais hegemônico.

A pergunta central consiste em pensar como os corpos

que não se conformam à matriz heteronormativa têm, cada vez mais, força e visibilidade, reclamam e ocupam lugares na gramática social. O que mudou, ou melhor, quais as transformações operadas no âmbito do sistema capitalista que redefiniram, remodelaram e ampliaram o biopoder, a biopolítica e a produção de resistências nos domínios do poder? Quais as configurações que esse poder vai tomando no século XX, principalmente pós II Guerra Mundial cuja característica é a biologização cada vez maior da vida e do vivente.

Nesse ponto, as reflexões de Beatriz Preciado (2008, 2011) ampliam e atualizam a biopolítica. Um dos conceitos chave em suas discussões é a noção de “sexopolítica”. Tomando o pensamento de Foucault, mais precisamente o conceito de biopoder e biopolítica, a autora desenvolve uma crítica à forma contemporânea do funcionamento dos dispositivos de poder sobre corpos e subjetividades. Alargando as fronteiras epistemológicas do pensamento de Foucault, Preciado volta às observações empíricas para o contemporâneo onde a proliferação das tecnologias corporais constitui sua principal característica. A medicalização e tratamento das crianças intersexuais, a gestão cirúrgica da transexualidade, a reconstrução e “aumento” da masculinidade e da feminilidade normativas, a regulação do trabalho sexual pelo Estado, o boom das indústrias pornográficas fazem parte da parafernália atual que coloca, cada vez mais, os corpos individuais e coletivos nos cálculos do estado e do capitalismo. A gestão política e técnica do corpo, do sexo e da sexualidade é o negócio do novo milênio cuja uma nova “governamentalidade” emerge principalmente das ruínas da II guerra mundial onde o investimento no sexo e na sexualidade desencadeou no que a autora designa como “Era Farmacopornográfica” ou o “Biocapitalismo” (PRECIADO, 2008).

A marca do biocapitalismo ou da era farmacopornográfica é uma engenhosa captura e produção de subjetividades pelas tecnologias (entre elas as tecnologias de gênero) caracterizada pela produção de hormônios sintéticos, de novas fármacos - a metadona, os analgésicos, a aspirina, as drogas sintéticas, as cirurgias como vaginoplastias e faloplastias, cirurgias plásticas, lifting, cirurgias reconstrutoras nos soldados de guerra, secobarbital, prozac, viagra, as próteses de todo tipo, a indústria pornográfica, as bonecas infláveis, os vibradores e pênis plásticos e borrachados, o estrogênio, a progesterona, a testosterona, a endocrinologia, a sexologia entre tantos outros dispositivos de controle imprimem a marca da era farmacopornográfica cuja circulação intensa de substâncias e elementos semióticos vem produzindo novos modos de subjetividade através do duplo mecanismo de excitação e controle.

Como subverter essa ordem? Será que somos apenas assujeitamentos na era farmacopornográfica? Como podemos pensar as resistências no capitalismo global? Como reconverter os discursos e práticas sobre as abjeções e as “anormalidades” trazendo sua potência de vida? Como tornar as vozes” subalternas” cada vez mais visíveis e audíveis se apropriando dos saberes hegemônicos, inclusive a própria ciência?

A noção de multidão aparece aqui em oposição ou no lugar de diferença sexual. O centro das discussões em torno do gênero e das identidades está muito mais centrado nas possibilidades das multidões queer: as lésbicas caminhoneiras, os ciborgues, os corpos transgêneros, entre outras expressões. Essa política das “minorias” que se converte em uma “política das multidões” possui capacidade de reafirmação de modos de vida que se opõem as formas de vida reconhecidas e legitimadas como normais.

As multidões *queer* ocupam, na atualidade, um lugar de tensionamento e subversão da ordem vigente. Nesse contexto, “o monstro sexual que tem por nome multidão se torna *queer*”, desterritorializando a heterossexualidade como norma vigente. Assim, a política *Queer*, a política das multidões atua no ínterim entre o que podemos ser e o que devemos ser, e nós podemos ser muitas coisas.

Bibliografia

BUTLER, J. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”**. Nova York: B. Library; 1993.

_____. **Cuerpos que importam**. Buenos Aires. Paidós, 2002.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2003.

_____. **Undoinggender**. Nova York: Routledge, 2004.

_____. **Lenguaje, poder e identidad**. Madrid: Sintesis, 1997.

_____. **La Invencion de La palabra**. Entrevista. In: Página 12. Suplemento Soy. Maio, 2009. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/soy/1-742-2009-05-09.html>>

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. Sobre alguns regimes de signos. In: **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

_____. **Micropolítica e segmentaridade**. In: Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2005a.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002a.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997 .

_____. **Os anormais**. São Paulo: M. Fontes, 2002b.

_____. **História da sexualidade: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: M. Fontes, 2005b.

_____. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

HARAWAY, Donna. **Antropologia do ciborgue: as vertingens do pós-humanismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial [orig. Tthe science question in feminism, *Feminist Studies*, v.14, n.3, 1988]. **CadernosPagu**, Campinas, n.5, p.7-42, 1995

HARDT, M. & NEGRI, Antonio. **Multidão – Guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

LAQUEUR, T. **Inventado o sexo**. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: R. Dumará, 2001

Fátima Lima

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.19, n.1, Apr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2011000100002&lng=en&nrm=iso Acesso em: 30 Mar. 2013.

_____. Savoirs_Vampires@War. **Multitudes** n.20 (2005). Disponível em: <<http://multitudes.samizdat.net/Multitudes-queer>>.

_____. Texto Yonqui. Espasa, 2008.

SEDGWICK, E. **Tendencies**. Durham: Duke Presse, 1993.

Produções e experiências “TRANS” - Saber, Poder e Subversões²

Apresentação

Falar sobre “identidades trans” e seus modos de vida é uma tarefa que exige um trabalho cartográfico³ (ROLNIK, 2007). No entanto, tal tarefa requer tempo para garimpar a genealogia dos conceitos e práticas, pois a complexa construção do que se designa como “identidades” se produz e funciona a partir de um intrincado jogo entre o

2 Texto apresentado no Seminário “Transfobia, Cidadania e Identidade Trans” promovido pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades - Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC nos dias 10 e 11 de outubro de 2011.

3 Aqui faço referência ao conceito de cartografia presentes nas discussões apresentadas por Suely Rolnik (2007, p.23) quando coloca que “para o geógrafo, a cartografia – diferentemente do mapa: representação de um todo estático – é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem. Paisagens psicossociais também são cartografáveis, A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos”.

eu e o outro, marcado por relações de poder, processos de assujeitamentos e possibilidades de subversões que se inscrevem no mundo dos significados sociais e no campo da política.

Neste breve texto, proponho pensarmos as construções e operacionalizações da categoria “identidade” e, conseqüentemente, o intrincado jogo de produção que reveste os processos identitários. Tomo, como material de análise, as vozes de diferentes transexuais bem como outros sujeitos sociais que convivem com as experiências trans sejam nos serviços de saúde ou outros espaços⁴.

Em 1982, numa entrevista traduzida como “Escolha sexual, ato a sexual” Michel Foucault quando questionado sobre a diferença entre a homossexualidade masculina e a feminina, sendo esta última caracterizada pela estabilidade, afetividade e compromisso longo em oposição à homossexualidade masculina, responde: “Não posso deixar de cair na risada”. A risada Foucaultiana não é um deboche, não é um menosprezo ao conceito de identidade, mas uma provocação; uma recusa em pensar as possibilidades de vida a partir das ideias essenciais. Assim, dissertar sobre essa relação requer problematizar alguns conceitos que circundam o centro deste debate, principalmente o conceito de identidade.

O conceito “identidade” foi e é central nas reflexões e

4 As vozes etnográficas que se fazem aqui presente é fruto do trabalho de campo de campo da tese de doutoramento em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social/IMS – Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ intitulada “A construção do dispositivo da transexualidade: saberes, tessituras e singularidades nas experiências trans” bem como do banco de dados da pesquisa “Transexualidade e Saúde: condições de acesso e cuidado integral”. Entre os (as) entrevistados(as) constam transexuais, profissionais de saúde, militantes e/ou diferentes pessoas que de alguma forma interagem com os sujeitos que vivenciam as experiências trans.

teorias sociais. É uma categoria ferramenta para pensarmos a relação com nós mesmos, as produções do “eu” na relação com o outro bem como as construções coletivas de pertencimentos sejam eles de nação (territórios), raças, gêneros, sexualidades, gostos e estilos. Durante décadas diversas pesquisas tiveram como *locus* privilegiado determinados *ethos* demarcados pelo conceito de identidade, destacando as mulheres, os (as) negros (as) e as diferentes expressões “gays”. Estes estudos foram relevantes na medida em que diferentes modos de vida que se encontravam à margem dos estudos sociais passaram a ocupar cada vez mais as discussões acadêmicas. No entanto, as mudanças pós estruturalista junto ao desconstrutivismo nas teorias sociais colocaram em discussão o conceito de identidade como algo hermético e universal.

Em oposição às teorias universalistas, centradas na construção de um sujeito único, cartesiano e iluminista explodiu uma rizomaticidade conceitual que desterritorializou a ideia da identidade como algo fechado, heterogêneo e “quase” imutável. Termos como singularidades, expressões identitárias, entre outros alargaram e/ou subverteram a noção de identidade. No âmbito desse movimento, os Estudos *Queer* emergiram e se consolidam como uma possibilidade de interpretar as questões de gênero e sua relação com as identidades, sexo, sexualidade e desejo. O que passava a ser importante neste contexto, não era mais a busca de uma essência dos e nos sujeitos, mas uma analítica da normalização “onde a partir das noções de sexo/sexualidade, classe e raça propunha redefinir o olhar sobre os processos sociais normalizadores que acabam por gerar a ilusão de identidades estáveis e comportamentos regulares.

Assim, o primeiro ponto que gostaria de ressaltar é: discutir sobre identidades é navegar na sua construção

conceitual, seus desafios e paradoxos, entendendo suas limitações e potências (resistências) no intrincado jogo entre o eu e o outro – o jogo da alteridade.

Nesse entendimento,

A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação ou de semiotização não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microsociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implica no funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, ou seja, sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, intrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagem, e de valor, modos de memorização e de produção de ideias, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos e assim por diante) (GUATTARI, 2005, p. 39)

Proponho, assim, dissertar sobre formas de subjetividades e modos de vida que reiteram ao tempo em que se opõem e negam a heteronormatividade, assumindo, muitas vezes uma dimensão de “anormalidade”: *butchs* (lésbicas masculinizadas), lésbicas sadomasoquistas, corpos bizarros, as travestis, transexuais, intersexs, entre outras formas de estar no mundo. O termo “trans” aqui expressa as vivências que atravessam e vazam a naturalização dos corpos, a biologização das identidades, o binarismo dos gêneros e os enquadramentos classificatórios,

principalmente as experiências travestis, transexuais e transgêneros. Como essas possibilidades são produzidas e como se situam na gramática social é o ponto central para que possamos discutir os comportamentos transfóbicos e as possibilidades de outras formas de relações sociais que não sejam marcadas pelo ódio e pela violência.

Ressalto, porém, que a possibilidade de modos de vida, de criação humana não é um mundo com “(...) sorrisos pairando à toa” (FOUCAULT, apud BUTLER, 2003, p.143), um mundo de felicidade plena destituída de qualquer relação de dominação, de qualquer processo de assujeitamento; pelo contrário constituem mundos onde a invenção do humano é entrecortada por relações de poder, constituem efeitos dos micropoderes onde determinadas expressões de singularidades se produzem numa dimensão de abjeção, de não reconhecimento, de injúria verbal, de violência física, moral, sexual, entre outras. Entre essas formas de ser e estar “em mundos” encontram-se as experiências trans cortadas, muitas vezes, por violências cotidianas seja em sua dimensão simbólica e/ou concreta.

Neste sentido, as construções identitárias presentes nos discursos das mulheres transexuais são, na grande maioria marcada por um modelo de feminino hegemônico e heteronormativo. Esse modelo acaba, muitas vezes, guiando as construções corporais e modos de vida inclusive a condução no âmbito de determinados serviços de saúde; promovendo uma essencialização do que é ser mulher e do que é ser homem.

Dessa forma, falar de identidade requer necessariamente falar das identidades de gênero. Teóricos como Michel Foucault (1982;1997), Donna Haraway (1995; 2000), Beatriz Preciado (2004; 2007; 2008) e principalmente Judith Butler (1993; 1997; 2000; 2003; 2004; 2009) recusam

às discussões que defendem uma anterioridade dos sujeitos (os corpos) e/ou dos discursos bem como a definição das identidades a partir de fundamentos universais, ontológicos e biológicos.

Michel Foucault já chamava a atenção para o caráter ficcional da noção de sexo, produzindo e agrupando numa unidade artificial elementos biológicos, fisiológicos, condutas, sensações e prazeres.

Para Foucault, ser sexuado é estar submetido a um conjunto de regulações sociais, é ter a lei que norteia essas regulações situadas como princípio formador do sexo, do gênero, dos prazeres e dos desejos, e como o princípio hermenêutico de auto-interpretação. A categoria do sexo é, assim, inevitavelmente reguladora, e toda análise que a tome acriticamente como um pressuposto amplia e legitima ainda mais essa estratégia de regulação como regime de poder/conhecimento (BUTLER, 2003, p.143).

Butler (2003), seguindo as pistas de Michel Foucault, reforça essa ideia colocando o sexo como uma norma, como um ideal regulatório, (...) como uma prática “que produz os corpos que governam”. Assim, “seria errado supor que a discussão sobre a identidade deva ser anterior à discussão sobre identidade de gênero, pela simples razão que os sujeitos só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis onde “(...) gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2003, p.38).

Para a autora, os sujeitos se tornam inteligíveis, possíveis de serem reconhecidos na gramática social, porque são antes de tudo sujeitos de gênero, “gendrados”

na relação com a matriz da inteligibilidade cultural que tem como norma compulsória a heterossexualidade. Dessa forma, os corpos materializam-se a partir das reiterações constantes entre a norma e o sexo. O gênero é produzido no âmbito desse movimento que legitima o binarismo como estruturante dos discursos e práticas.

Os atos performativos são na verdade estratégias que tem como finalidade manter a estabilidade da matriz, que através da repetição produz o efeito de gênero onde

(...) se o gênero é instituído mediante atos internamente descontínuos, então a aparência de substância é precisamente isso, uma identidade construída, uma realização performativa em que a platéia social mundana, incluindo os próprios atores, passa a creditar, exercendo-a sob forma de uma crença. O gênero também é uma norma que nunca pode ser completamente internalizada (...) (BUTLER, 2003, p.201).

Assim,

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade e feminilidade verdadeiras ou permanentes também são construídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade (BUTLER, 2003, p.201).

No âmbito das possibilidades performativas de gênero encontram-se a construção de um conjunto de corporeidades e vivências que não são reconhecidas como

inteligíveis no tecido social, pois não se produzem dentro do que determina a norma. Esses sujeitos formam um exterior constitutivo que se caracteriza não apenas como o que está fora, o que se opõe, mas como uma zona de produção que só se torna possível na relação com a matriz (Butler, 2003). A essa pluralidade de possibilidades a autora chama de “abjetos” ou uma “zona de abjeção” cujo termo e seu sentido “(...) designa (...) aquelas zonas invisíveis, inabitáveis da vida social, que (...) estão densamente povoadas por quem não goza da hierarquia dos sujeitos, mas cuja condição de viver abaixo do signo do invisível é necessária para circunscrever a esfera dos sujeitos” (BUTLER, 2002 p.20

É nítido o entendimento de que, a abjeção ou a produção desta deve ser compreendida como um processo que depende de uma contextualização, de um jogo de poder e posições onde dependendo do lugar que se ocupa o corpo pode ou não está numa dimensão de abjeção. O mais importante, nessa discussão, é entender que a matriz da inteligibilidade paradoxalmente não captura a todos. Que há corpos que fogem, que subvertem a norma, mesmo estando numa constante reiteração com essa norma. Como esses espaços de abjeção são historicamente produzidos e mudam dependendo das articulações discursivas e das intervenções práticas é o que torna o debate interessante.

Essa “desorganização” em relação às normas de gênero estabelecidas pode ser percebida nas diferentes falas das (os) transexuais expressas através das dificuldades em se reconhecerem, principalmente na adolescência, cujos corpos assinalam de forma mais evidente a relação com o gênero e a sexualidade. Expressões “O que sou?” “Que corpo é esse?” “Como me vejo?”, entre outras interlocuções, externalizam o confronto cotidiano com os padrões estabelecidos; apresentando em seu bojo um sofrimento psíquico que passa a marcar a trajetória dos

sujeitos nas experiências das transexualidades. Essa dúvida, confusão e sofrimento psíquico foi possível ser percebidos em diversos discursos das (os) transexuais:

Com os meus 12 anos, na adolescência, quando eu comecei a mudar, eu não entendia o que estava acontecendo. O que eu estava fazendo ali, se eu pensava e agia de outro jeito? Eu saía na rua de um jeito e quando chegava na rua me vestia de outro e aquilo me fazia mal. Quando eu voltava para casa colocava aquelas roupinhas tudo de volta para a minha mãe não ver (Beatriz, transexual).

Essa experiência também foi vivenciada pelo transexual Antônio que na infância e adolescência se viu pressionado pelas normas de gênero que insistiam em associá-lo ao feminino.

É... a idade de... de quatorze anos eu tentei... ser um pouco mais ...procurar o feminino. “Está acontecendo algo, eu sou uma mulher, tal”. Mas não deu certo... não deu certo. Quanto mais eu procurava, mais eu sentia a diferença entre as minhas amigas, as minhas primas. Aí foi quando eu falei com a minha família. Falei “ não, está acontecendo isso, isso.

Essas dificuldades também podem ser percebidas nos profissionais ao lidar com o caráter paradoxal que a transexualidade instaura. Nesse ínterim, a relação da transexualidade com a norma institucional não se dá de forma lisa e homogênea, mas coexiste num jogo de forças cuja heteronormatividade organiza o campo conceitual e as práticas em torno da experiência transexual. As tentativas de enquadramento em identidades sexuais estanques têm sido recorrentes nos espaços que produzem saberes e legitimam-se como espaços de práticas também. Eduardo

apresenta, de forma clara, esse tensionamento, quando desvela a dificuldade que o *ethos* médico tem de lidar com o fato de ele ter tido um filho.

Para Dra. M., eu não sou transexual, sou travesti porque eu tenho um filho. Transexual não teria filho, é aquela coisa doente mesmo, se você pega o pinto assim, se você tem nojo do seu corpo. Por isso que já tem uma escola, por exemplo, você foi lá e conseguiu fazer uma cirurgia, então, o que eu tenho que falar? Porque é isso, é metódico, é aquela coisa” (Eduardo, transexual).

O fragmento desvela, de forma contundente, a norma transexual cuja ideia de um gênero fixo, orientado pela heteronormatividade conduz, em muitos casos, à terapêutica. É inconcebível, para Dr^a M. que Eduardo, possa em certo momento de sua vida, ter tomado a decisão da maternidade/paternidade e, tenha com essa decisão, uma relação tranquila que, em nada, do ponto de vista de sua vida pessoal e sua percepção de sujeito, interfere na vivência transexual.

A partir das reflexões acima levantadas é possível assinalar alguns pressupostos fundamentais para compreendermos a políticas das identidades na contemporaneidade: 1) a ideia de que não existem sujeitos anteriores aos discursos e práticas nem discursos e práticas anteriores aos sujeitos. Os sujeitos são efeitos das relações de poder; 2) os sujeitos se tornam reconhecíveis (para si e para o outro) a partir da inteligibilidade dos gêneros; 3) a inteligibilidade é construída através de uma relação binária entre sexo e norma cuja reiteração normativa produz e regula os sujeitos, seus corpos e desejo imprimindo uma suposta estabilidade binária dos gêneros; 4) a matriz normativa não captura todos os corpos que produz. Formase assim uma zona de abjeção povoada por uma miríade

de possibilidades que reiteram e subvertem a matriz. A abjeção não constitui apenas o outro exterior, mas se dá numa relação com a norma. Não existe aqui a ideia de um original cujos abjetos seriam a sua negação; 5) dizer que os sujeitos são efeitos das relações de poder é reconhecer a dimensão de assujeitamentos e, por fim, 6) reconhecer a dimensão de assujeitamento é reconhecer o potencial de subversão, de resistências, pois assim como as identidades trans as resistências não são um ato exterior ao dispositivo do poder, mas opera no âmbito deste.

Portanto, é na pluralidade dos “abjetos” - os denominados “anormais” - que Beatriz Preciado (2004) ver uma força, uma potência, uma capacidade de resistência. Antes de dissertar sobre a potência das multidões *queer*, trago para o debate as situações nas quais as resistências se defrontam com práticas transfóbicas ou práticas potencialmente produtoras e/ou reprodutoras destas práticas.

Assim, gostaria de trazer para a cena do debate alguns saberes e práticas institucionalizados que, ao meu ver, precisam ser discutidos, pois trazem, no âmbito do que é colocado, muitas vezes como “conquistas” e “acesso aos direitos”, um controle cada vez maior dos indivíduos bem como um processo de judicialização da vida, o que pode acabar por contribuir, no imaginário e nas práticas sociais para potencialização de ideias e ações transfóbicas. Um exemplo claro disso é a norma psiquiátrica do diagnóstico de Disforia de Gênero que ao mesmo tempo em que pode garantir o acesso de transsexuais às cirurgias, reafirma a dimensão de patologia e anormalidade. Nos serviços de saúde, o diagnóstico pode ser um dispositivo que estigmatiza e violenta, “(...) pode ter efeitos diversos, mas um deles pode se tornar – em particular nas mãos do que são transfóbicos – um instrumento de patologização” (

Tom Reucher (2006) no texto “*Quando os especialistas devienement experts*” faz uma denúncia de como os “saberes *psy*” e “médicos” têm se apropriado das questões trans e reproduzido discursos homofóbicos, sexistas e heteronormativos que não dão conta de expressar a complexidade do fenômeno, produzindo, muitas vezes, a violação dos direitos humanos. Como construir uma cidadania trans se a base biológica, heteronormativa, binária produz os discursos e práticas hegemônicas que alimentam as práticas transfóbicas? Como minar essa hegemonia que também constitui um jogo paradoxal entre a norma e sua subversão?

Tomando inicialmente o campo da Medicina, principalmente a Psiquiatria encontramos nas reflexões Foucaultianas os elementos imprescindíveis para compreensão de como esses domínios se tornaram, a partir dos séculos XVIII e XIX, espaços produtores de saber e legitimadores de práticas de controle sobre os corpos dos indivíduos. É na passagem das sociedades soberanas para as sociedades disciplinares e na consolidação do biopoder – o poder sobre a “vida” que sujeitos, corpos, sexualidades e desejos constituíram espaços privilegiados de construções discursivas e práticas de poder. A emergência do que Foucault (1997) denominou de *Scientia Sexuallis* se configurou num dispositivo potente de assujeitamentos e produções de subjetividades – o dispositivo da sexualidade. É bom ressaltar que mais uma vez Foucault nos chama para uma análise do poder na sua dimensão microsociológica e produtiva, ou seja, os mecanismos de controle são antes de tudo produtivos, produzem sujeitos, fundam subjetividades. Esse movimento produziu e legitimou nas transformações do século XIX o casal “normal”, procriador e heteronormativo, mas produziu também o

homossexual como espécie caracterizado por uma condição patológica. Nascerá mais a frente (meados do século XX) a transexualidade e a intersexualidade a partir de uma clínica que insistiu em diferenciar, caracterizar e medicalizar através de toda uma nosografia, nosologia e uma conduta terapêutica diferenciada.

Em relação ao Direito, é possível perceber o outro braço da biopolítica na contemporaneidade através da regulação cada vez maior dos sujeitos, sexos, corpos e desejos expressa através de um crescente processo de judicialização da vida cuja característica principal é por um lado “ajustar” os sujeitos e grupos “desviantes” às normas estabelecidas (haja vista aqui o acesso às cirurgias de transgenitalização, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a garantia do direito à adoção bem como o acesso às tecnologias reprodutivas por casais homossexuais) e por outro proteger a sociedade de um conjunto de alteridades que se caracterizam como as “novas” expressões de periculosidades. Esse processo paradoxal – um jogo de “inclusão” e “controle” ou uma suposta inclusão através do controle tem se tornado cada mais evidente na atualidade. Butler (2003) nos coloca que “o poder jurídico produz inevitavelmente aquilo que ele alega meramente representar (...) com efeito a lei produz e depois oculta a noção de sujeito perante a lei, de modo a invocar essa formação discursiva como premissa básica natural que legitima, subsequentemente, a própria hegemonia reguladora da lei” (BUTLER, 2003, p.19).

Assim, permito aqui parafrasear Judith Butler e substituir as discussões sobre mulheres e feminismo pelas “vivências trans” e diria que não basta inquirir como os modos de vida trans podem se fazer representar mais plenamente na linguagem, na política e no jurídico. É preciso compreender como as identidades trans são produzidas

e reprimidas pelas mesmas estruturas de poder nas quais busca emancipação.

É justamente nessas formas de controle expresso em discursos e práticas institucionalizadas que ideias e ações transfóbicas são muitas vezes disseminadas silenciosamente. O Direito, a Medicina, a Psiquiatria e algumas vertentes de saberes “psi”, enquanto campos biopolíticos têm contribuído na produção de ideias e práticas que contraditoriamente podem produzir a inclusão como pode produzir violências.

Assim, como desnaturalizar os gêneros e as identidades trans é uma urgência, desnaturalizar os comportamentos transfóbicos é uma emergência, pois no âmbito social, no jogo das práticas sociais, poderemos encontrar as possibilidades de subvertê-los.

Retomo novamente a noção de multidão - as “*multitudes queer*” - como uma potência analítica e política que traz para a cena as performances subversivas: as lésbicas caminhoneiras, os ciborgues, os corpos transgêneros, entre outras expressões que dispensa tentativas de categorizações. Essa “política das multidões” possui a potencialidade de reafirmação de identidades performativas que põem em subversão, a todo instante, as identidades sexuais normalizadas social e culturalmente, desterritorializando a heterossexualidade como norma vigente. A política *queer* atua no íterim entre o que podemos ser e o que devemos ser, explodindo em possibilidades de identidades, processos identitários e experiências estéticas. O “fardo” de carregar sobre os corpos e subjetividades os dispositivos de normalização converte-se na resistência e possibilidade de intervir nesses dispositivos produzindo novas e outras formas de subjetividades.

Gostaria de finalizar colocando que pontos apontados

nestes textos são apenas ferramentas conceituais e possibilidades interpretativas. É preciso produzir coletivos que articulem os diferentes movimentos trans, os velhos e novos movimentos, os devires, as linhas de fuga, as produções acadêmicas, as artes, enfim as produções que reivindicam o lugar da resistência. É preciso que os saberes trans ocupem o campo hegemônico na produção e legitimação do conhecimento. Assim, encerro com um fragmento de uma narrativa de um transexual que nos diz:

Identificar-se como transexual ou sentir-se trans é uma das formas de lidar com o fato de estar em desacordo com essas normas. Há pessoas que se identificam como transexuais e que não desejam “cirurgia”, há as que se satisfazem com os efeitos de hormônios sobre o corpo, há outras que se preocupam mais com a sobrevivência na sociedade do que com a transformação corporal em primeiro plano, embora, na maior parte das vezes, essas coisas estejam ligadas. Mais importante do que procurar definir os critérios para apontar alguém como transexual é estarmos atentos sobre até que ponto os direitos humanos das pessoas que se identificam assim estão sendo garantidos e respeitados (Eduardo, transexual).

Essa política das identidades plurais, historicamente construídas, mutáveis e múltiplas merece todas as nossas apostas.

Bibliografia

BUTLER, J.. **The psychic life of power: theories in subjection**. California: S. University, 1997.

_____. **Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"**. Nova York: B. Library; 1993.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2003.

_____. **Undoinggender**. Nova York: Routledge, 2004.

_____. **Lenguaje, poder e identidad**. Madrid: Sintesis, 1997.

_____. **Vida precária ´el podert del duelo y la violência**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

_____. **Desdiagnosticando o gênero**. *PhysisRevista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 19 [1]: 95-126, 2009.

CABRAL, M. **Ciudadanía (trans) sexual**. Proyecto sexualidades, salud y derechos humanos emAmerica Latina.2003.

FOUCAULT, Michel. Escolha Sexual, ato sexual. "Sexual Choise, Sexual Act"; entrevista com J. O'Higgins; trad. F. Durant-Bogaert). *Salmagundi*, n.58-59: Homosexuality: Sacrilege, Vision, Politics, automne-hiver 1982, pp. 10-24. Traduzido a partirde FOUCAULT, Michel.*DitsetÉcrits*. Paris: Gallimard, 1994, pp. 320-335 por Wanderson Flor do Nascimento. Acesso em 09 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&escr=s&source=web&cd=1&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fxa.yimg.com%2Fkq%2Fgroups%2F21129448%2F2115029470%2Fname%2FFOUCAULT%2C%2BMichel_Escolha%2Bsexual%2C%2Bato%2Bsexual_1982.pdf&ei=_LXOUqyeBu>

Corpos, gêneros, sexualidades: Políticas de Sujetivação
ahsQTwwYHwDQ&usg=AFQjCNFHnBWm-qGALe-aTjm_9T
mUkgNbOQ&bvm=bv.59026428,d.cWc>.

_____. **História da sexualidade:** a vontade de saber. 12. ed.
Rio de Janeiro: Graal, 1997 .

GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica:** cartografias do
desejo. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Revolução molecular:** pulsações políticas do
desejo. São Paulo: Brasiliense, 2007.

HARAWAY, D. **Antropologia do ciborgue:** as vertingens do
pós-humanismo. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o
feminismo e o privilégio da perspectiva parcial [orig. Tthe
science question in feminism, *Feminist Studies*, v.14, n.3,
1988]. **CadernosPagu**, Campinas, n.5, p.7-42, 1995

PRECIADO, B. Multitudes queer: notas para uma política de
losanormales. **Revista Multitudes**, 2004.

_____. Entrevista com Beatriz Preciado (por JesúsCarrillo).
CadernosPagu, n. 28, p. 375-405, 2007.

_____. **Testo yonki.**Madrid: Espasa, 2008.

PRINS, B; MEIJER, I Costera. Como os corpos se tornam
matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos
Feministas**, v. 10, n. 1. Florianópolis, jan. 2002.

Manifesto por uma euforia de gênero⁵

Este texto não se pretende acadêmico no sentido *strictu sensu*. Mais do que conceituar sobre a invenção da transexualidade enquanto uma patologia definida como um “transtorno de identidade de gênero” se propõe a ser um manifesto. Faz parte de sua proposta bradar pela euforia dos gêneros, fazer uma pirotecnia, no sentido Foucaultiano, fabricar algo que sirva para um “cerco, uma guerra, uma destruição”, algo “ que possa fazer cair os muros” (FOUCAULT, 2006, p.69).

Não recorre diretamente a autores teóricos e conceitos, mas a interlocutores que, ao longo de suas produções, têm se voltado à compreensão dos aspectos não hegemônicos da vida social, dos saberes subalternos, das sexualidades ditas “periféricas”, dos corpos ininteligíveis e dos processos de assujeitamentos: Michel Foucault(1984; 1985;1997a; 1997b; 2000; 2002; 2004; 2005^a; 2005b; 2006; 2011), Judith Butler (1993; 1997^a; 1997b; 2000; 2003; 2004; 2009), Donna Haraway (1995; 2000; 2004), Beatriz Preciado

⁵ Texto apresentado no *Queering Paradigms*4. Julho, Rio de Janeiro, 2012.

(2008), Joan Scott (1998), Marie-Hélène Bourcier (2011), Jack Halberstam (2012) entre outras (os).

Não se dirige a ninguém especificamente. Não despreza o sofrimento tão presente e tão dito pelos sujeitos trans. O sofrimento perfaz a experiência do vivente. O manifesto coloca em debate a apropriação do sofrimento enquanto uma condição “natural” no processo de medicalização das transexualidades.

Não constitui um manifesto contra a psiquiatria, a medicina ou a psicologia. Seu estatuto de ciência e *status quo* enquanto domínios de conhecimentos e práticas estão garantidos, por enquanto, até segunda ordem. Aqui não é a validade ou não do diagnóstico psiquiátrico que está em jogo, mas a naturalização deste enquanto uma “verdade” que abarca e anula as pluralidades trans.

A proposta consiste trazer a tona uma breve genealogia de um determinado regime de produção de verdade, de construção de um dispositivo - o dispositivo da transexualidade. Como uma “verdade” é produzida? Como ganha força e se produz em um determinado regime? Quais os conceitos e práticas que a sustenta? São questões que norteiam qualquer tentativa de fazer uma genealogia da transexualidade.

O objetivo é colocar, mais do que em debate, a noção de disforia de gênero. É preciso inquirir este conceito. Desmontá-lo, esmiuçá-lo, contrapô-lo a contrapelo e a contragosto. Antecedido pelo prefixo grego “dis” que denota privação, dificuldade; o sufixo grego “foria” que significa abundância, fecundidade, produção tem no verbete “disforia” uma concepção negativa cuja ideia remete a um estado repentino de mudança de ânimo, caracterizado pela angústia, pela tristeza, pela melancolia, pelo sofrimento. Nessa engrenagem conceitual algumas perguntas pululam

indignadas: Como as experiências de performatividades subversivas de gênero foram convertidas em uma disforia? Como modos de subjetivações complexos, plurais e autodeterminados transformaram-se numa “doença”? Como o gênero se tornou um critério de medicalização? Na verdade o que é a doença?

Mais do que pensar estes modos de vida como disfóricos, propõe-se pensá-los como eufóricos. Aqui mais uma vez o sufixo “foria” - a abundância, a produção é precedido pelo prefixo eu – a excelência. A euforia de gênero é a excelência da produção, é aquilo que transborda e abunda.

As expressões e modos de vidas trans são traduzidos, na maioria dos contextos culturais, como uma patologia, um transtorno psíquico. Ainda sob o domínio do sufixo “ismo” o assim denominado “ transexualismo” materializa-se, nas culturas ocidentais, através do Código Internacional das Doenças - o CID 10 e o Diagnóstico de Saúde Mental – o DSM ainda em sua quarta revisão. Elencando a letra “F” nesses manuais é enquadrada entre os transtornos que envolvem as performatividades de gêneros e expressões das sexualidades.

Aqui o incômodo reside nesta invenção perversa: a ideia de que as vivências e experiências trans precisam ser enquadradas, capturada em um código, encerrada na psiquiatria, encorajada em um diagnóstico para ganhar existência política e jurídica. Como bem lembra Judith Butler (2009) o diagnóstico de transtorno de identidade de gênero “continua a patologizar como doença mental, o que deveria ser ao contrário, entendido como uma possibilidade entre outras de determinar o próprio gênero” (BUTLER, 2009, p.97).

Mais do que a personificação em um código e/ou um

diagnóstico, a patologização das existências trans excede o espaço estritamente médico, invade a vida, pulveriza-se nas diferentes experiências sociais: na escola, na família, no trabalho, nos afetos, nos passos, nos risos a estigmatizar. Captura as produções de vida, as potencialidades do existir. É preciso rever a precariedade da vida. É preciso outra política da vida, não mais baseada na premissa de que só determinadas vidas valem a pena.

As produções de regimes de verdades se constituem a partir do jogo de saberes e poderes que ao mesmo tempo em que incita e produz, captura e controla. Ao interessar-se pela compreensão da construção deste imperativo normativo que assujeita corpos, desejos, sexualidades e vidas, este texto-manifesto nos convoca a pensar e discutir também as resistências e subversões da e na norma psiquiátrica. Se a norma é a representação mais dura sobre os corpos dos sujeitos trans, é por dentro da própria norma que se torna possível desconstruí-la. Joan Scott (1998) no artigo “A invisibilidade da Experiência” já nos alertava para os perigos de tentar compreender as diferenças a partir da presunção de uma norma.

É preciso encarar a norma. É sempre bom lembrar que “o que escapa ao poder é o contra-poder que, no entanto, encontra-se ele também preso no mesmo jogo. Eis porque é preciso retomar o problema da guerra, do afrontamento. É preciso retomar as análises táticas e estratégicas num nível extraordinariamente baixo, ínfimo, cotidiano. É preciso repensar a batalha universal, escapando das perspectivas do apocalipse” (FOUCAULT, 2006, p.96).

A guerra é no presente, na cotidianidade. O confronto não é contra o grande monstro numa batalha final. Os monstros estão a habitar o que há de mais ínfimo no tecido social, estão nas instituições, nos espaços domésticos,

nas conversas pretensiosamente fortuitas, nas práticas sociais, nas políticas públicas, nos serviços de saúde, nos divãs psicanalíticos, nos lares das denominadas “famílias de bem” cujos membros vêemnoticiários em telas planas como se tudo aquilo nada tivesse a ver com eles. O monstro naturalizou-se.

É preciso re-inventar as transexualidades

A transexualidade, enquanto discurso e prática, emerge, em breves nuances, no final do século XIX. Ganha consistência no século XX pós-segunda guerra mundial. Mais do que historicizaresto acontecimento, algumas questões merecem ser levantadas: Quais as engrenagens que foram acionadas nesta invenção? Quais os jogos enunciativos e relações de poder que consolidaram o projeto diagnóstico e terapêutico em torno das vivências trans? Que proposições científicas, filosóficas e morais precisaram ser construídas para produzir uma nosologia e uma nosografia trans? O que a invenção da transexualidade queria mesmo responder?

A genealogia desse processo encontra ressonância no dispositivo da sexualidade e na força da *Scientia Sexualis* a partir dos séculos XVIII e XIX. Deve ser compreendido dentro de um contexto de medicalização do corpo individual e social onde medicalizar o “inoportuno” passou a ser uma das preocupações do século XIX. “A psiquiatria se torna nesse momento – não mais em seus limites extremos e em seus casos excepcionais, mas o tempo todo, em sua cotidianidade, no pormenor do seu trabalho, médico-jurídica. Entre a descrição das normas e das regras sociais e a análise médica das anomalias, a psiquiatria será essencialmente a ciência e a técnica dos anormais, dos indivíduos anormais e das condutas anormais (FOUCAULT,

2011, p.139). Inventou-se a anormalidade.

Em 1866, é publicada primeira edição do *“Psychopathia Sexualis”* de Krafft-Ebing consolidando, num grande tratado nosográfico, as invenções patológicas em torno das expressões de sexualidades que não se enquadravam na normalidade construída: o casal europeu, branco, heterossexual, monogâmico e reprodutor. O termo perversão passou a ser incorporado ao discurso médico. Era o grotesco, o bizarro, o inoportuno. No interior classificatório das perversões, “as sexuais” vão se constituir um dos principais “objetos” de conhecimento. Sobre elas se deleitarão os mais renomados médicos e juristas com o objetivo de se apropriar, medicalizar e disciplinar corpos e sexualidades.

Medicalizar o inoportuno é a bandeira que inaugura o século XX. A transexualidade ganha contornos. Harry Benjamin, posteriormente John Money e Robert Stoller a singularizaram. Em 1949, *Cauldwell* publica o artigo *Psychopatia Transexualis* onde aparece, pela primeira vez, nos artigos médicos o termo “transexualismo”. Em 1952, é publicizada a primeira cirurgia para adequação do sexo, na cidade de Copenhague – Dinamarca: o ex-soldado americano *Georges Jorgensen* passava a ser *Cristine Jorgensen*. Inventou-se o termo. Publicizou-se as intervenções corporais. Nascia a transexualidade enquanto um fenômeno público. Tinha agora um nome. Passava a elencar os tratados médicos. Invadia os *mass media*. Era preciso encontrar o “transexual verdadeiro”, o que porta uma essência, o que traz uma verdade, aquele cuja condição de ser um “delirante” e/ou de possuir uma má formação sexual está completamente afastada.

A partir da década de 1970, a transexualidade passou a compor toda uma discussão e normatização psiquiátrica

que acabou por legitimar a criação de inúmeros centros de tratamento. Em 1969 foi realizado em Londres o primeiro congresso da *Harry Benjamin Association*. Em 1977, esta entidade teve seu nome mudado para *Harry Benjamin Internacional Gender Dysphoria Association* assumindo a transexualidade como uma disforia de gênero, tornando-se a maior referência tanto na condução do diagnóstico quanto nas condutas terapêuticas das pessoas transexuais em escala mundial. A norma transexual, nesta perspectiva, obedeceu ao estabelecimento de critérios e procedimentos mensuráveis e esquadrinhamentos de corpos e subjetividades. No dizer de Butler (2009), a categoria gênero aparece, no discurso médico, como um determinante, uma estrutura na qual os sujeitos devem permanecer ou provar que estão enquadrados nela. A transexualidade sobrevive, enquanto invenção, no âmbito biomédico e nos transbordamentos para além dele, da naturalização dos corpos, da biologização das sexualidades, da captura das diversidades, do reforço do contínuo sexo-corpo-gênero-identidade-desejo.

No Brasil, as cirurgias de transgenitalizações, seus protocolos de diagnósticos e as condutas terapêuticas mantêm um diálogo em âmbito mundial onde diversas técnicas são trocadas, recambiadas, ressignificadas, compondo o que se pode chamar de uma “engenharia mundial dos corpos transexuais” cuja medicalização e tratamento das crianças intersexuais, a gestão cirúrgica da transexualidade, a reconstrução e aumento da masculinidade e da feminilidade normativas, a regulação do trabalho sexual pelo Estado, o boom das indústrias pornográficas fazem parte de uma parafernália atual que tem colocado, cada vez mais, os corpos individuais e coletivos nos cálculos do Estado e do capitalismo produzindo e proliferando as “minorias” de “anormais” no século XX (PRECIADO, 2008, p.62).

Linhas de fuga

O que é possível fazer diante da biopolítica contemporânea, diante deste processo biocapitalista, produzindo e controlando subjetividades? Tudo estaria perdido como diriam alguns pessimistas das ciências? Mais uma vez, o pensamento de Foucault se apresenta como possibilidade potente a partir da noção de resistência. A resistência aqui não é o que está fora das relações de saber/poder, a resistência é constituinte do poder e seu contraponto, mas como “anormalidades” constituir resistências frente aos imperativos normativos, principalmente as normas de gênero?

Aqui chamo a possibilidade discursiva e política dos estudos e das multidões *queer*. Mais do que invocar conceito e suas possibilidades, a perspectiva *queer* nos convoca a pensar a multiplicidade, os atravessamentos, a potência do anormal. Como nos diz Marie-Hélène Bourcier (2011) a “teoria *queer*” possibilita uma repolitização do campo sexual, uma crítica hiperbólica aos centros de formação das identidades sexuais e dos gêneros normativos, uma forma de intervenção no âmbito da economia política dos discursos disciplinares que remetem aos regimes de verdade e a biopolítica.

É preciso que os diferentes sujeitos que experenciam as vivências trans potencializem a dimensão de anormalidade que lhe conferida cotidianamente. É preciso trazer aquilo que nos modos de existências e performatividades trans aparecem como anormalidade e doença para o campo de uma política marcada pelas identidades móveis e plurais. É preciso encarar toda afronta, reagir politicamente a ela, dizer não a norma, retirando dela e nela a potência dos sujeitos. O tempo é o agora. Como diz Halberstam (2012) é preciso “dizer não a normatividade da futuridade”.

Mais do que um texto-manifesto visionário e utópico, a minha vivência como pesquisadora e como militante dos e nos atravessamentos de gênero desvela possibilidades de subversões da norma psiquiátrica. Estas se apresentam através de diferentes expertises e discursos, entre eles as vozes ditas “subalternas”, os saberes assujeitados, as vozes trans. É preciso promover certos deslocamentos dos saberes dominantes versus uma multiplicidade de saberes locais e minoritários. Aqui não é a evocação de um saber puro, portador de uma verdade ou a sua verdade. Como nos alerta Haraway (1995)

há um sério perigo em se romantizar e/ou apropriar a visão dos menos poderosos (...). Ter uma visão de baixo não é algo não problemático ou que se aprenda facilmente; mesmo que “nós” “naturalmente” habitemos o grande terreno subterrâneo dos saberes subjugados. Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação; isto é, seja do modo semiológico, seja do modo hermenêutico da avaliação crítica. As perspectivas dos subjugados não são posições “inocentes”.

As vozes trans não são inocentes. O que há nelas que as potencializam? A solidariedade e suas conexões. Mais uma vez chamo Donna Haraway (1995) como interlocutora e argumento com ela em “favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver. Mas não é qualquer perspectiva parcial que serve; devemos ser hostis aos relativismos e holismos fáceis, feitos de adição e subsunção das partes”.

São as polifonias trans marcada pela solidariedade em redes potentes de conexões que o texto-manifesto chama na voz Janete. Lembro como que se fosse hoje a imagem de Janete sentada a minha frente no Shopping Downtown. O corpo magro. Aqueles olhos atentos a me fitar. Já chegava perto dos seus cinquenta anos. Estava frequentando há pouco tempo um serviço de atendimento a transexuais. Era seu aniversário Quando a indago sobre a ideia da transexualidade enquanto doença me disse numa voz baixa e doce: “Eu quero que a própria comunidade científica procure entender isso. Definir o que é doença, o que é anomalia. Eu não sei, acho que eu estou falando no português que dá para entender. Eu queria que as pessoas, os seres humanos definissem o que é doença. Doença é tudo aquilo que dói, e aquilo que não dói não é doença, pode ser uma diferença”.

É por uma Política da Diferença que este texto manifesto clama e uma política da diferença invoca, convoca, pede, clama por uma euforia dos gêneros.

Bibliografia

BOURCIER, M-H.. **Queer Zones-** Politique des Identités Sexuelles et des Savoirs.Paria, Edições Amsterdam, 2011.

BUTLER, J.. **The psychic life of power:** theories in subjection. California: S. University, 1997a.

_____. **Bodies that matter:** on the discursive limits of “sex”. Nova York: B. Library; 1993.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2003.

_____. **Undoinggender.** Nova York: Routledge, 2004.

_____. **Lenguaje, poder e identidad.** Madrid: Sintesis, 1997b.

_____. **Vida precária ´el podert del duelo y la violência.** Buenos Aires: Paidós, 2000.

_____. **Desdiagnosticando o gênero.** *PhysisRevista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 19 [1]: 95-126, 2009.

FOUCAULT, M.. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: NAU, 2005a.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2002.

_____. **O nascimento da clínica.** Rio de Janeiro: F. Universitária, 2001.

_____. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber.** 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997 a.

_____. **Os anormais.** São Paulo: M. Fontes, 2011.

_____. **História da sexualidade: o cuidado de si.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **História da sexualidade: o uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: M. Fontes, 2005b.

_____. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: F. Universitária, 2000.

_____. **Resumo dos cursos do collége de France.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997b.

_____. **Eu sou um pirotécnico** In: POL-DROIT, Roger. **Michel Foucault: entrevistas.** São Paulo: Graal, 2006.

Fátima Lima

HALBERSTAM, J. Interdisciplinary Queer Studies in a Global Frame. Preconference Workshop. *Queering Paradigms 4*. Julho, Rio de Janeiro, 2012

HARAWAY, D. **Antropologia do ciborgue**: as vertingens do pós-humanismo. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cad. Pagu**, Campinas, n.22, June 2004. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01048333200400010009&lng=en&nrm=iso. acesso em 01 July 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332004000100009>.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

PRECIADO, B. Texto Yonki. Espanha: Espasa, 2008.

SCOTT, J W. A Invisibilidade da Experiência. *Projeto História*, nº 16, São Paulo, 1998, p.303-304.

A construção do dispositivo TRANS: Saberes, singularidades e subversões da norma

A Partida

Pensar e discutir as transexualidades na biopolítica contemporânea traz a necessidade de refletir sob e sobre territórios de práticas e subjetivos⁶ - plurais e em constantes transformações. As formas como os modos de vida transexuais vêm se desenhando seja nas construções acadêmicas, na mídia, nas redes sociais, enfim nos diferentes cenários revela a todo instante novas/outras formas de visibilidades (formas de ser e estar no mundo) e dizibilidades (formas de dizer).

Tomando a ideia de que a transexualidade só pode ser entendida em sua multiplicidade⁷, opta-se por pluralizar

6 Toma-se aqui a ideia de território no pensamento de Gilles Deleuze e Feliz Guattari quando se refere aos territórios não apenas como espaços geográficos, mas paisagens psicossociais caracterizadas pelas subjetividades.

7 A ideia de multiplicidade é trabalhada por Deleuze e Guattari (1995, p. 14) no sentido de que “é preciso fazer o múltiplo, não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, da maneira simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe,

o termo, referindo-se às transexualidades. Tal artefato assinala o caráter plural, heterogêneo, multifacetado de viver uma experiência que em primeiro plano caracteriza-se por uma incongruência entre o designado corpo biológico e a performatividade de gêneros e que em seus desdobramentos revela possibilidades marcadas por assujeitamentos, mas também por resistências, reinvenções, desestabilizações da matriz de inteligibilidade dos gêneros que estabelece compulsoriamente o contínuo corpo- gênero - sexualidade - desejo.

Quando nos referimos as transexualidades enquanto modos de existência trazemos a dimensão ética, estética e política de cada sujeito recuperando as reflexões apontadas por Rabinow (1999) o problema do sujeito é central na obra Foucaultiana cujo exercício, no conjunto de seu pensamento, foi analisar as formas de produção dos mesmos a partir de diferentes mecanismos de objetificação que operam através da relação saber/poder: 1) a objetificação produzida pelas práticas divisórias e disciplinares nos séculos XVII e XVIII; 2) as práticas de objetificação produzidas pelas classificações científicas nos séculos XVIII e XIX e 3) o que Rabinow vai chamar de “subjetivação” que tem como contexto analítico o século XIX, mas agrega, em relação a outras formas, uma preocupação com os sujeitos e os processos de auto-compreensão. É na tensão assujeitamentos (incitação, controle) e resistências (práticas de si, formas éticas, estéticas e políticas de estar em mundos) que este texto se constitui, não para assinalar preferencialmente um ou outro pólo, mas para fazer ver e dizer a desestabilização dos e nos dispositivos de controle. Aqui é preciso sempre recuperar a máxima Foucaultiana ‘onde há poder, há resistência’.

Para pensar essas novas inscrições precisamos nos

sempre n-1 (é somente assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele).”

debruçar sobre as relações de saberes e poderes que a todo instante, de diferentes lugares e por diferentes sujeitos incitam, controlam, disputam, fundam subjetividades. O que queremos mesmo dizer com transexualidades? É um fenômeno clínico-psiquiátrico? Uma disforia como preconiza a última versão do Manual Internacional de Diagnóstico Mental – o DSM-V, com nosologia e nosografia definida e conduta terapêutica que inclui uma série de procedimentos biomédicos?

As perguntas que inquietam o presente texto operam, por dentro do e aciona a reflexão para pensarmos como sujeitos que vivenciam experiências designadas como transexuais negociam e/ou subvertem as normas, principalmente o imperativo psiquiátrico e as condutas biomédicas; fazendo ver e dizer as fraturas e as fissuras (Deleuze, 1990) que compõem os dispositivos, indo além de suas linhas de sedimentação, daquilo que está visível e enunciável, tarefa genealógica que aposta na potência dos sujeitos e nas linhas de fuga.

Neste contexto, o objetivo é visitar as formações históricas que possibilitaram a emergência e consolidação do dispositivo da transexualidade, procurando trazer suas atualizações, seus devires, suas novas/outras configurações tomando como pressuposto a ideia de que no âmbito do próprio dispositivo as linhas de força (poder) estão em constantes disputas produzindo regimes discursivos e práticos. Os sujeitos transexuais aparecem tanto nos processos de controle quanto nos processos de negociação, de subversão às normas que uniformizam e reduzem a rica experiência das transexualidades a um caráter patológico e medicalizante.

As reflexões aqui propostas retomam parte considerável tanto das discussões teóricas quanto do

material de campo da tese “A construção do Dispositivo da Transexualidade: saberes, tessituras e singularidades nas experiências trans”⁸ bem como da pesquisa “Transexualidade e Saúde, condições de acesso e cuidado integral (IMS-UERJ, MCT/CNPQ, MS/DECIT/SECIT)”⁹, mas também agrega outros percursos teóricos e metodológicos, outras conversas, olhares e escutas em diferentes espaços e com diferentes sujeitos.¹⁰

Os Dispositivos

Propormos discutir o que vem a ser os dispositivos começando pela sua concretude, seu funcionamento, suas sutilezas e invisibilidades: o fragmento do relato de Eduardo, um homem transexual¹¹ entrevistado durante o campo na tese de doutoramento. No meio de uma longa conversa, fazendo referência a um determinado profissional de saúde – ‘M.’ (neste caso um profissional da

8 LIMA, Fátima. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social/IMS/UERJ, abril, 2011.

9 Pesquisa coordenada pela Professora Márcia Arán que teve como objetivo geral aprofundar o conhecimento sobre o acesso e o processo de cuidado integral à saúde de transexuais na Rede Pública de Saúde Brasileira, com vistas a contribuir na proposição de políticas de saúde a esse segmento (ARÁN *et al*, 2006).

10 Aqui recupero uma recente visita ao campo (janeiro a agosto de 2013) com a finalidade de compreender os processos de hormonização nas experiências com transexuais masculinos. Neste campo foram realizadas 05 entrevistas com homens transexuais na cidade do Rio de Janeiro. O material coletado durante as entrevistas aparecem e/ou dialogam com as discussões aqui apresentadas.

11 Para ser referir à ou aos transexuais utilizo o termo homem trans para fazer referência às pessoas nascidas biologicamente fêmeas, mas que se percebem como homens e mulher trans para as pessoas nascidas biologicamente machos, mas que se percebem mulheres. O uso dos termos homem e mulher antes de trans é uma escrita política que tem como objetivo reforçar a condição do masculino e do feminino nas construções dessas performatividades.

medicina) Eduardo nos conta:

Para M., eu não sou transexual, sou travesti porque eu tenho um filho. Transexual não teria filho, é aquela coisa doente mesmo, se você pega o pinto assim, se você tem nojo do seu corpo. Por isso que já tem uma escola, por exemplo, *você foi lá* (referência aos serviços de saúde – grifo meu) e conseguiu fazer uma cirurgia, então, o que eu tenho que falar? Porque é isso, é metódico, é aquela coisa.

M. - referência no atendimento à transexuais - não percebia e nem produzia um regime de verdade que tomasse Eduardo como um homem transexual pelo fato dele ter uma filha, como se a condição de maternidade/paternidade fosse atributo só dos heterossexuais e que tal condição e experiência, antes de tudo humana, constituísse o fator que exclui Eduardo de ser, o que muitas vezes se reproduz no âmbito da saúde, um transexual verdadeiro.¹²

O que essa fala desvela é justamente os dispositivos de controle na sua máxima função, operando no âmbito da saúde, reforçando a heteronormatividade, produzindo subjetividades e estabelecendo um modelo de “transexual verdadeiro. No caso de Eduardo o fato de ter tido um (a) filho (a) é um fator que não o caracterizava enquanto transexual. Esse tipo de discurso e prática, recorrente não apenas no campo da saúde, mas no contexto social como um todo, nos informa a necessidade urgente de repensar e redefinir os imperativos normativos que apagam as singularidades nas experiências transexuais.

Neste contexto, o conceito de “dispositivo”

12 A ideia de transexual verdadeira foi desenvolvida por Harry Benjamim que estabeleceu uma escala que caracterizava, gradativamente, desde o pseudotransexual até o transexual verdadeiro. Essa classificação essencialista ganhou força e perpassa os discursos dos diferentes profissionais de saúde e muitos (as) transexuais.

apresentado por Foucault (2002) oferece uma ferramenta conceitual e prática importante para pensarmos os processos de controle na biopolítica contemporânea. Seus estudos voltados para a passagem da soberania ao biopoder (o poder sobre a vida), a consolidação das sociedades disciplinares, e conseqüentemente a biopolítica revelaram inúmeros processos de controle dos viventes e das expressões de vida, entre elas, o controle dos corpos, gêneros, sexualidades e desejos.

Para Foucault (2002), os dispositivos podem se apresentar através de três possibilidades: a) aparecem de forma heterogênea, dialógica e não hierárquica, b) apresentam-se enquanto um conjunto que engloba discursos, instituições, regulamentos, organizações arquitetônicas, leis, enunciados científicos, entre outros e c) emergem “ como um tipo de formação (...) que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder uma urgência” (Foucault, 2002, p. 244). A multiplicidade do dispositivo é sua característica principal, suas linhas – duras e de fugas, seus agenciamentos. Compõe-se tanto por enunciados, discursos e falas como por ações e práticas, não se configurado nem em sujeitos ou objetos, mas num regime de enunciações “que é necessário definir em função do visível e do enunciável, com suas derivações, suas transformações, suas mutações” (Deleuze, 1990, p. 2).

Funcionando como uma maquinaria historicamente produzida capturam, em suas engrenagens, sujeitos e corpos de forma plural, heterogênea e difusa. Não se configura como um elemento fechado, mas um conjunto de diferentes linearidades que se articulam e rearticulam constantemente, conservando, no seu interior, a característica das tensões e das contradições. O dispositivo é por excelência contraditório, pois desvela o jogo paradoxal que se estabelece entre sujeitos e normas (Deleuze,1990).

Segundo Agamben (2005) em Foucault não havia o interesse nem em conciliar nem em enfatizar as tensões dos dispositivos, “mas investigar os modos concretos em que positivities (ou dispositivos) atuam nas relações, nos mecanismos e nos jogos de poder” (Agamben, 2005, p.11).

Em uma conferência aqui no Brasil Agamben (2005) num texto também intitulado “O que é um dispositivo” visita e alarga a ideia Foucaultiana quando nos coloca que:

Chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões. Os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas, etc cuja conexão com o poder é em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – porque não – a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem dar-se conta das conseqüências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar (AGAMBEN, 2005, p.13).

A partir da noção ampliada sobre os dispositivos de controle, as transexualidades são analisadas, inquiridas, interpretadas na atualidade dos acontecimentos que a cercam. É preciso ressaltar que os dispositivos são historicamente construídos, singularizam-se em diferentes experiências nos espaços em que estão circunscritos. Uma decisão como a de colocar a transexualidade, na última versão do DSM-V, enquanto uma disforia de gênero tem

impacto mundial haja vista a potência de captura e de disseminação deste dispositivo, mas os desdobramentos deste impacto só pode ser percebido no âmbito das singularidades e de como esta vivência é experimentada em diferentes contextos sociais e culturais, com seus dispositivos clínicos, jurídicos, epistemológicos, midiáticos, etc. É preciso, pois, nunca perder a sua dimensão de constante atualização e sua multiplicidade.

A Invenção da Transexualidade

As transexualidades foram inventadas. Dizer que foram inventadas é diferente de dizer que não existiam. Dizer que foram inventadas é perceber como, quando e de quais maneiras esta forma de subjetividade passa a constituir um elemento importante tanto do ponto de vista discursivo quanto das práticas sociais, ganhando sentidos em determinados regimes de verdade.

No Código Internacional das Doenças - CID 10, a transexualidade figura o F64.0, fazendo parte dos transtornos de identidade sexual com a tipologia de “transexualismo”. No Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais - DSM-IV, a transexualidade passou a ser considerada um “transtorno de identidade de gênero”, tendo como referência o F64.x. No atual DSM-V como já fora dito saiu da classificação de transtorno para ser classificada enquanto disforia o que não constituiu, ao nosso ver, avanço algum haja vista que este termo já havia sido usado para classificar as transexualidades e o caráter psiquiatrizante ainda continua vigorando.

Para compreendermos como e em quais condições o dispositivo da transexualidade foi forjado é preciso entendê-

lo dentro de um contexto maior de medicalização do corpo individual e social que teve início nas transformações entre séculos XVIII e XIX no processo que Foucault (1997) denominou como “dispositivo da sexualidade”. Neste cenário, a sexualidade passou gradativamente para o domínio das relações entre saberes e poder. Até o século XVII, era possível, ainda, perceber uma certa franqueza nos gestos; as palavras e discursos eram ditos sem tantas cautelas e intervenções, ainda se conservava uma certa tolerância com denominado ilícito. A partir de transformações tanto nos discursos quanto nas práticas, o sexo, o corpo, a sexualidade e o desejo entraram cada vez mais para os cálculos do Estado cujo objetivo era a gestão da vida afetiva e sexual - uma ciência sexual - bem como o controle dos indivíduos e da população.

É no âmbito da medicina, principalmente da Psiquiatria e no esteio da construção das perversões que a gênese da ideia da transexualidade enquanto patologia inscreve-se historicamente. Coadunando estratégias de poder e campos de saberes, a etiologia das perversões tornou-se uma das preocupações centrais no campo da medicina. Esse processo denominado de apropriação médica foi central nos discursos e práticas sobre os comportamentos designados como perversos. Medicalizar o inoportuno passou a ser uma das preocupações do século XIX, reforçada, em diferentes aspectos durante todo o século XX, principalmente pós segunda guerra mundial (LANTERI-LAURA, 1994).

Nesse contexto, a disciplina passou a se configurar como um dos principais elementos de funcionamento nos dispositivos de controle, caracterizada pela “inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório e combinatório” (FOUCAULT, 2002, p.106). Instituídos a partir do século XVIII, os modelos disciplinares se configuraram

numa relação de força cujo objetivo foi ordenar os corpos e os espaços sociais. As técnicas disciplinares dividiram espaços e dividiram nos espaços - quem internar, onde internar; ordenaram o tempo - quando, como, quanto, passando a ser a arte de distribuição dos indivíduos no espaço, o esquadramento e a compartimentalização dos sujeitos e grupos sociais.

A normalização tornou-se um dos principais instrumentos do poder, constituindo um campo de forças onde os jogos de verdades ganharam força, tornando-se um imperativo discursivo e prático na regulação da vida social. Aliado ao conceito de disciplina, a normalização se tornou um imperativo na contemporaneidade; estabelecendo os limites, legitimando espaços e, excluindo/incluindo os que estavam fora da norma.

Esse imperativo atravessa o século XIX e invade o século XX perfazendo outros discursos e práticas sociais. Foi no âmbito deste contínuo que a transexualidade foi forjada enquanto doença se consolidando, enquanto uma patologia, durante as décadas de 1940 e 1950 num movimento histórico que desde o final do século XIX vinha produzindo uma série de discursos e práticas. Alguns movimentos importantes assinalaram este processo como: 1) o trabalho de *Kraft-Ebbing* - marco importante para a singularização e a caracterização de diferentes patologias e variedades dos comportamentos sexuais. Sua obra – “*Psychopatia sexualis*”, publicada em 1886, constituiu o primeiro estudo organizado no âmbito médico sobre a sexualidade; 2) os estudos da Sexologia, principalmente no *ethos* alemão, na passagem do século XIX para o século XX. Destacam-se as discussões e as experiências de *Magnus Hirschfeld* Na obra de *Hirschfeld* “*die travestiten*”, publicada em 1910, encontra-se a primeira referência ao termo transexual. Além disso, os trabalhos de *Magnus*

Hirschfeld foram relevantes nesse processo, além da criação do Instituto de Ciências Sexuais em Berlim 1929, um marco nas pesquisas e lutas em relação à questão da sexualidade, principalmente, a homossexualidade. (CASTEL, 2001, 2003; ARÁN, 2006), 3) A criação do termo “Transexualismo” por *Cauldwell* em 1949, através do artigo *Psychopatia transexualis*. Neste artigo, *Cauldwell* apresentava o relato clínico de uma menina que queria ser menino; definindo a transexualidade como um desejo mórbido e patológico em querer ser membro do sexo oposto, defendendo a ideia da existência de uma variedade de “graus” na forma de expressar a psicopatia transexual (CAULDWELL, 2001), 4) a documentação e a publicização, em 1952 da primeira cirurgia para adequação do sexo na cidade de *Copenhague* – Dinamarca: o ex-soldado americano *Georges Jorgensen* passava a ser *Cristine* - um marco midiático que ultrapassou os espaços medicalizados e os meios científicos (FRIGNET, 2002; RANSEY, 1998; VIEIRA, 1996; PERES, 2001, CASTEL, 2001; CHILLAND, 1998, 2003).

Por fim, vale ressaltar as pesquisas e formulações de Harry Benjamin, John Money e Robert Stoller como fundamentais para consolidação da norma psiquiátrica. Benjamin publicou, em 1953, a obra “O Fenômeno Transexual”, onde além de definir e classificar a transexualidade, conferiu-lhe especificidade, definindo seus contornos em relação ao transvestitismo, a homossexualidade e ao hermafroditismo, além de estabelecer uma condução terapêutica que iria se transformar numa referência na segunda metade do século XX; John Money tem uma contribuição *sine qua non* na discussão da transexualidade. No âmbito do contexto americano, influenciado pelas discussões da sociologia americana na década de 1960 e a frente das pesquisas realizadas no *Jonh Hopkins Hospital*, juntamente com uma equipe de renomados pesquisadores construíram uma discussão das sexualidades a partir dos

conceitos de identidade e papel sexual. Nesse contexto, a criação em 1966 da primeira Clínica de Identidade Sexual do *John Hopkins Hospital* foi fundamental na discussão e formulação das idéias em torno do conceito de identidade e papel sexual. Composta por uma equipe multidisciplinar de especialistas e pesquisadores (sociólogos, geneticistas, embriologistas, psicólogos, psiquiatras, cirurgiões) a clínica de identidade sexual centrou seus trabalhos em torno dos homossexuais, travestis, transexuais e intersexos; por fim as pesquisas e trabalhos de Robert Stoller, suas tipologias, conduções clínicas e terapêuticas foram fundamentais na singularização da transexualidade enquanto patologia.

Esses movimentos contribuíram para consolidação da transexualidade enquanto patologia, com contorno definido, características diagnósticas específicas e uma condução terapêutica definida. Quando Foucault nos coloca que, entre suas características, os dispositivos emergem num determinado momento histórico para responder a uma urgência, talvez possamos pensar que a invenção da transexualidade, enquanto patologia, emergiu da necessidade urgente de classificar e de diferencia-la da homossexualidade e dos estados intersexuais. Era preciso definir e caracterizar o fenômeno. O principal, neste conjunto de discursos e práticas, foi a separação do que poderia ser definido como “transexualismo” de qualquer outro distúrbio psiquiátrico bem como das travestilidades e das intersexualidades.

Neste percurso histórico estes elementos que perfazem o dispositivo atualizaram-se reforçando algumas noções de base, principalmente a ideia de patologia e se encontram presente no imaginário e práticas sociais, na mídia e em diferentes contextos. Os fragmentos dos depoimentos abaixo revelam como a norma psiquiátrica impera nas falas dos sujeitos transexuais:

Fragmento 1

Por isso que eu falo, tratamento psicológico é importante, o corpo é só um complemento. Minha cabeça é muito importante porque eu tenho uma cabeça muito confusa e isso interfere. Eu tenho muita alteração de humor, eu gostaria de saber se eu tenho outro problema psicológico além da disforia de gênero. É uma patologia com certeza, que só será sanada após a cirurgia, ainda estou doente (Nair, mulher transexual).

Fragmento 2

Quando surgiu a diferença da minha sexualidade foi assim. Eu acho que devia ter uns nove anos de idade e foi no colégio. Eu fui ao banheiro com uma amiguinha e até aí me vendo como a coleguinha e quando eu vi que a gente era diferente, aí eu vi que tinha alguma coisa de errado. Aí eu comentei com minha irmã I. Ela é abaixo da mais velha e ela sempre foi uma das mandonas da família. Eu contei para ela, e ela ficou apavorada. Aí ela conversou com um amigo dela, e o amigo dela disse que tinha que me levar ao psiquiatra (Célia, mulher transexual).

Fragmento 3

O transexual ele tem, mas entenda a doença que eu quero dizer. A doença... é... que já vem... é uma formação genética, que já vem dentro da pessoa que a pessoa tem que consertar (Mário, um homem transexual).

Os fragmentos acima trazem com força a norma psiquiátrica percebida e significada de diferentes formas. O que os mesmos nos informam é a urgência de discutir e rever essa construção. Debates no contexto acadêmico (BUTLER, 2009) e diferentes movimentos sobre a despatologização

das identidades trans vem ganhando força em âmbito internacional¹³. Por outro lado, o DSM na sua quinta versão continua reafirmando as experiências transexuais enquanto patologia com características próprias. Esse movimento revela, mais uma vez, o jogo paradoxal dos e nos dispositivos. Algumas questões sobressaem neste contexto: é possível subverter as normas no dispositivo da transexualidade? Como os sujeitos transexuais negociam com o imperativo psiquiátrico? Será que as diferentes formas de negociações trazem resistências? Onde se situa a dobra assujeitamentos/resistências nas experiências transexuais? Como pensar estas questões na biopolítica contemporânea cujo controle tem sido cada vez mais serializado capturando outros territórios, inclusive o próprio desejo?

A Biopolítica contemporânea

A Biopolítica não constitui outro/novo regime de poder, mas um acoplamento de poder às sociedades disciplinares cujas características eram, entre outras, a disciplinarização dos corpos individuais e coletivos e seu adestramento a partir de uma norma estabelecida.

O que começa a mudar a partir do século XVII e, principalmente do século XVIII é a invenção do conceito de população e como esta, com todo seu aparato, passará a ser o espaço sobre o qual a relação saber/poder, a incitação e controle atuarão. Neste contexto, a própria definição de uma norma e, conseqüentemente do “normal” e do “patológico” sofrerá alterações consideráveis. Foucault

13 O “*Stop TransPathologization*” é um movimento iniciado em 2007 que tem como objetivo a despatologização das identidades trans. O movimento congrega diferentes movimentos, pesquisadores, transexuais, militantes de diferentes países.

(2008) estabelecendo diferenças entre as sociedades disciplinares e a biopolítica coloca que:

Nas disciplinas, partia-se de uma norma e era em relação ao adestramento efetuado pela norma que era possível distinguir depois o normal do anormal. Aqui, ao contrário, vamos ter uma identificação do normal e do anormal, vamos ter uma identificação das diferentes curvas de normalidade, e a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras (...). São essas distribuições que vão servir de norma. A norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir desse estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. Logo, eu diria que não se trata mais de uma normação, mas sim, no sentido estrito, de uma normalização (FOUCAULT, 2008, p.82).

Esse processo mudou radicalmente a relação com as normas. Estas não constituíam mais o balizador que separava a normalidade (a razão) da anormalidade (a des-razão, a loucura). Agora as séries passam a compor degradês de normalização onde nada e ninguém escapa. Esse processo é importante, pois o dispositivo da transexualidade faz parte desta engrenagem. Basta lembrar aqui do quadro criado por Harry Benjamin para explicar o (a) transexual que ia do tipo 1 (um) considerado o pseudo travesti até o tipo 6 (seis) considerado o transexual intensamente forte ou o transexual verdadeiro.

Paralelo as discussões sobre a biopolítica, Foucault (2008) traz reflexões do que ele chama de governamentalidade - o governo dos vivos, a gestão das vidas que emergiu como elemento estratégico, no controle da vida e dos viventes. Sobre a governamentalidade nos diz

por esta palavra (...) entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento essencial os dispositivo de segurança. Em segundo lugar, por 'governamentalidade' entendo a tendência, a linha de força que, em todo ocidente, não parou de conduzir (...) toda uma série de saberes (...) (FOUCAULT, 2008; p.143).

Nesse substrato histórico e político, a transexualidade se situa como um dos fenômenos mais expressivos na biopolítica contemporânea, pois no âmbito dos próprios dispositivos - espaços de poder e controle - operam processos de assujeitamentos que reforçam códigos culturais, discursos e práticas heteronormativas quanto possibilidades de vazar e/ou subverter as engrenagens do dispositivo.

É preciso, neste sentido, trazer para a biopolítica contemporânea a potência nos/dos corpos e suas singularidades. Sobre esta possibilidade reside a aposta deste texto: a potência dos modos de vida, mas percebendo que nem fora nem por trás dos dispositivos de controle, mas no seu âmbito, nas suas urdiduras cotidianas, em suas atualizações se operam a todo instante as resistências. Onde estão esses saberes? Como ganham vozes na contemporaneidade? É possível fazer falar os e as transexuais?

Saberes Trans e Subversões da Norma

Tomar as experiências trans pela ideia de patologia reduz e captura as singularidades e possibilidades de modos de existência destes sujeitos. Constituiu parte da compreensão do dispositivo fazer “ouvir” e dar eco às vozes consideradas “subalternas” que protagonizam a história da transexualidade enquanto um dos fenômenos mais singulares no âmbito das transformações de gênero na contemporaneidade, desvelando a “necessidade” de trazer para o debate o que se encontra além dos discursos e práticas circunscritas nos espaços médicos (os hospitais e serviços), ou seja, o cotidiano, as experiências, as diferentes vivências da transexualidade, principalmente, “as falas” e “os saberes” das (os) transexuais sobre si mesmos bem como suas experiências e relações com os outros.

Apesar de perceber que as produções desses saberes bem como as experiências vivenciadas pelos diferentes sujeitos se efetivam numa relação paradoxal com as normas sociais estabelecidas, principalmente as normas de gênero, sendo parte relacional do próprio dispositivo da transexualidade; tem-se, na potência das falas e ações trans, possibilidades de subversões do imperativo normativo que assinala as transexualidades.

Diferentes movimentos conceituais revisitaram teorias sociais, reconfigurando “objetos” e “temas” de investigação científica que se encontravam à margem do conhecimento hegemonicamente dominante, como temas ligados à história de culturas oprimidas, grupos sociais marginalizados e, principalmente, estudos ligados às questões de gênero e sexualidade. Nesse ínterim, toma-se as discussões sobre os saberes periféricos/subalternos/assujeitados presentes nos trabalhos de Donna Haraway (1995, 2000, 2004) Judith Butler (1993, 1997, 2000, 2003,

2004, 2009), Beatriz Preciado (2004,2007, 2008), entre outras teóricas de um feminismo pós-crítico. É preciso ressaltar que o pensamento de Michel Foucault inaugura essas reflexões na medida em que domínios como a loucura, as prisões e as sexualidades periféricas foram o cerne de suas reflexões.

Vale ressaltar que os estudos subalternos apresentam-se através de diferentes terminologias. Esses saberes são “localizados” na visão de Donna Haraway, “assujeitados” em Judith Butler, “periféricos” e “anormais” em Michel Foucault. O que importa é que convergem para uma seara conceitual cuja diferença aparece como central nas investigações. Nas entrelinhas desse movimento encontra-se a possibilidade de compreender como os “saberes” em torno da transexualidade e suas vicissitudes têm sido produzidos e ganham visibilidades.

trata-se de fazer valer os saberes locais, descontínuos, “desqualificados”, “ilegítimos”, contra e em negociação com as instâncias teóricas que pretendem filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento único, que se apresenta como “verdadeiro” e aplicável a qualquer um (ARÁN; MURTA, 2009)

Tom Reucher (2006) no texto “*Quandlestransdeviennent experts*” faz uma denúncia de como os “saberes psy” e “médicos” têm se apropriado da questão trans e produzido sobre essa temática discursos homofóbicos, sexistas e heteronormativos que não dão conta de expressar a complexidade do fenômeno, produzindo, muitas vezes, a violação dos direitos humanos. No entanto, o autor ressalta, como nos últimos tempos, dentro do cenário francês, transexuais têm se organizado e elaborado discursos que acabam por disputar e confrontar os saberes hegemônicos. Sem dúvida, as vozes transexuais e com elas

um conjunto de categorias e formulações sobre si mesmos explodiram na gramática discursiva contemporânea.

A transcrição abaixo, do depoimento de Taís, mulher transexual, desvela o jogo que se estabelece entre as expertises legítimas e “outras expertises”. Revela um momento de sua trajetória onde procurou médicos de sua cidade, solicitando uma intervenção no seu corpo, mais precisamente nos testículos. A informante elabora saberes, inclusive do âmbito médico, para de alguma maneira, falar sobre si, seu corpo e sexualidade, mesmo que, muitas vezes, nos jogos de poder, instituídos assumam o lugar do legítimo. O interessante é perceber vislumbrar a produção de saber e, até certo ponto, a visibilidade deste, a tentativa de convencimento e a “barganha” com o *ethos* médico:

Teve uma época que eu ... Primeiro eu procurei um médico lá e ofereci 2 mil reais para ele fazer uma intervenção no meu testículo, para eu parar de produzir testosterona, eu disse que pretendia fazer a cirurgia, era só tirar o testículos antes, porque isso já faz parte da cirurgia. Só que esse médico, mesmo eu falando tudo, ele não concordou, mesmo eu pagando. Ele disse “você tem que procurar apoio psicológico”... fiquei morrendo de raiva, mas tudo bem.

Pesquisadora : Onde foi isso?

Taís: Lá na minha cidade... depois eu procurei um urologista e expliquei a mesma coisa ... ele ia fazer, ele concordou e tudo; ia dar entrada aqui pelo hospital ... só que por um mísero detalhe! Um médico, que eu conheço também. Só que como a cirurgia envolve uma equipe... e ele foi expor para esse outro médico para ver se ele tentava também me ajudar... por causa desse maldito que levou ao diretor do hospital , ele barrou.

As falas trazem para cena do debate os sujeitos trans, suas singularidades e modos de existências. Esse movimento, cada vez mais visível ganha força e produz na agenda trans (discursos e práticas) tensionamentos antes de tudo políticos que confrontam qualquer tentativa de reduzir esta experiência a uma doença psíquica. Mais uma vez Eduardo nos restitui esta possibilidade no fragmento de sua entrevista quando diz:

Identificar-se como transexual ou sentir-se trans é uma das formas de lidar com o fato de estar em desacordo com essas normas. Há pessoas que não desejam “cirurgia”, há as que se satisfazem com os efeitos de hormônios sobre o corpo, há outras que se preocupam mais com a sobrevivência na sociedade do que com a transformação corporal em primeiro plano, embora, na maior parte das vezes, essas coisas estejam ligadas. Mais importante do que procurar definir os critérios para apontar alguém como transexual é estarmos atentos sobre até que ponto os direitos humanos das pessoas que se identificam assim estão sendo garantidos e respeitados.

Possibilidades

A transexualidade é um dos temas privilegiados no debate atual sobre corpo, sexualidade, gênero e desejo. A compreensão desse processo bem como suas transformações depende do entendimento, análise e reflexão crítica da transexualidade enquanto um dispositivo. O surgimento da sociedade disciplinar, tal como sugere Foucault, foi condição imprescindível na reconfiguração das relações entre saber/poder e a forma

de controle do corpo tanto individual (anatomo-política) quanto social. No interior dessas relações, as sexualidades, sua polissemia e polimorfia, foram capturadas pelo modelo biopolítico, transformando-as num espaço de controle, disciplinarização, produções de verdades e intervenções que se constituíram a partir da coadunação de diferentes saberes e um feixe de relações de força disseminado por todo tecido social - o micropoder.

A partir das relações estabelecidas entre diferentes domínios de conhecimento, principalmente a Medicina, a Psiquiatria, o Direito, a Psicologia e a Sociologia a transexualidade transformou-se numa patologia caracterizada no âmbito dos transtornos mentais. A construção da norma transexual constitui um movimento que, a partir do final do século XIX e transição para o século XX, começava a produzir não apenas discussões acerca dos sujeitos, corpos e gêneros, mas processos de intervenções corporais que uniam a tecnologia ao campo da Medicina.

Nesse contexto, as discussões forjaram-se em oposição às ideias de travestilidade e, principalmente, intersexualidade em que a separação e a singularização da mesma se deu a partir de uma nosologia e uma nosografia próprias que delimitaram as fronteiras, as características e as conduções terapêuticas. A norma - a ideia da transexualidade enquanto um transtorno de identidade de gênero - passou a funcionar de forma imperativa caracterizando e determinando os comportamentos trans. Sem dúvida, as discussões e pesquisas tanto do *Harry Benjamin* quanto do *John Money* e do *Robert Stoller* foram fundamentais nesse processo. Aliado a isso, a descoberta e uso dos hormônios bem como os avanços no campo das cirurgias plásticas foram elementos importantes neste processo. Esse conjunto de acontecimentos composto por produções discursivas, postulados, teses científicas, pesquisas e experiências,

instituições sociais entre outros, compõe o que se designa como dispositivo da transexualidade.

O objetivo do texto aqui apresentado foi também perceber e analisar como se dá a iteração e a reiteração dos sujeitos trans com a norma psiquiátrica. Percebendo esse movimento marcado por relações de poder e, entendendo que onde há o poder, apresentam-se as possibilidades de resistências e subversões da norma. As discussões acerca dos denominados saberes “subalternos”, “periféricos”, “situados”, “localizados” possibilitaram recuperar as falas transexuais percebendo as produções, as formulações, as expressões de si que emergem no jogo cotidiano com as normas sociais e, principalmente, as normas de gênero. Tal fato desvelou o intrincado jogo que perfaz a experiência da transexualidade em que é possível perceber o paradoxo de reiteração e subversão das normas. Esse movimento alarga as fronteiras dos gêneros e da transexualidade, contribuindo para reafirmação das pluralidades de experiências possíveis de serem construídas e vivenciadas no âmbito da complexa transexualidade. A emergência desses saberes seja no âmbito do conhecimento, a partir de diferentes estudos que têm trazido as falas “subalternas” - mulheres, homossexuais, etnias negras, entre outros, ou no âmbito dos movimentos sociais e das práticas cotidianas mostram como os sujeitos elaboram, vivenciam e negociam suas experiências - possibilidade que oxigena o mundo social e campo conceitual produzido sobre ele.

É preciso perceber que todo processo de assujeitamento traz possibilidades de subversão e esta potência de subverter é a potência criativa da vida, a garantia de que a própria vida só é vida porque pode ser subvertida e reinventada.

Bibliografia

AGAMBEN, G. **O que é um dispositivo?** Outra travessia, Ilha de Santa Catarina, 5, 2005pp.9-16

ARÁN, M. **A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero.** Rio de Janeiro: Ágora. IX v, n. 1, p. 49-63, jan./jun. 2006.

_____. A Transexualidade e a Gramática Normativa do Sistema Sexo-Gênero. Revista Agora. Rio de Janeiro, n1 jan-jun, 2006. p. 49-63

ARAN, ; MURTA, D. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redefinições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Jun 2013.

BUTLER, J. **Bodies that matter:** on the discursive limits of “sex”. Nova York: B. Library; 1993.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2003.

_____. **Undoinggender.** Nova York: Routledge, 2004.

_____. **Lenguaje, poder e identidad.** Madrid: Sintesis, 1997.

_____. **Desdiagnosticando o gênero.** *PhysisRevista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 19 [1]: 95-126, 2009.

CAULDWELL, D. O. psychopathia transexualis. **International Journal of Trangenderism.** Minnessota, v.5, n.2 abr./jun. 2001.

BENJAMIN, H. **The transsexual phenomenon.** New York: Julian, 1966. Disponível em: <http://www.symposion.com/ijt/>

benjamin/index.htm .

CASTEL, P. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do fenômeno transexual (1910-1995). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 77-111. 2001.

_____. **La métamorphose impensable: essai sur le transsexualisme et l'identité personnelle**. Paris: Galimard, 2003.

CHILLAND, Colette. **Transvestism and transsexualism**. Int J Psychoanal, 1998, 79(1):p. 156-159.

_____. **Le transexualisme: que sais-je?** Paris: Puf, 2003.

DELEUZE, G. ¿Que és un dispositivo? In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990.

DELEUZE, G e FÉLIX, G. Introdução: Rizoma. Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. O Sujeito e o Poder. In: Dreyfus, H. L e Rabinow, P. **Michel Foucault – uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FRIGNET, H. **O Transexualismo**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

HARAWAY, D. **Antropologia do ciborgue**: as vertingens do pós-humanismo. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, jun. 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332004000100009&lng=pt&nrm=iso>doi: 10.1590/S0104-83332004000100009.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

LANTERI-LAURA, G. **Leitura das perversões**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994

PERES, A. P. A. B.. **Transexualismo**: o direito a uma nova identidade sexual. Rio de Janeiro;São Paulo: Renovar, 2001.

PRECIADO, B.. Multitudes queer: notas para uma política de losanormales. **Revista Multitudes**, 2004.

_____. Entrevista com Beatriz Preciado (por JesúsCarrillo). **CadernosPagu**, n. 28, p. 375-405, 2007.

_____. **Testo yonki**.Madrid: Espasa, 2008.

RABINOW, P. **Antropologia da razão**. Rio de Janeiro: R. Dumará, 1999.

RAMSEY, G.. **Transexuais – Perguntas e Respostas**.São Paulo: Summus, 1998.

SAADEH, A. **Transtorno de identidade sexual**: um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino. 2004. Tese. (Doutorado em Ciências) – Departamento de Psiquiatria, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. São Paulo.

Fátima Lima

STOLLER, R. **A experiência transexual.** Rio de Janeiro: Imago, 1982.

_____. **Sex and gender.** v.1. New York: Science House, 1969.

_____. **Sex and gender.** New York: Aronson, 1974

VIEIRA, T. R.. Mudança de sexo: aspectos médicos, psicológicos e jurídicos. São Paulo: Santos, 1996.



Coleção Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde

* **Micropolítica e saúde: produção do cuidado, gestão e formação** - Laura Camargo Macruz Feuerwerker.

* **O cuidado e a educação popular em saúde** - Org. Luciano Bezerra Gomes.

* **O trágico na produção do cuidado - Uma estética da saúde mental** - Ricardo Moebus.

* **O cuidado em saúde aprendendo com a morte** - Orgs. Ana Lúcia Abrahão e Emerson Elias Merhy

* **Pesquisadores IN-MUNDO - Um estudo da micropolítica da produção do acesso e barreira em saúde mental** - Orgs. Paula Cerqueira e Emerson Elias Merhy

* **Lavoro della salute: micropolíticas e cartografias** - Orgs. Túlio Batista Franco e Emerson Elias Merhy.

* **Corpos, gêneros e sexualidades – dispositivos de subjetivação** - Fátima Lima.

* **Cartografias do apoio na gestão em saúde** - Org. Laura Feuerwerker

editora



redeunida

www.redeunida.org.br